

Porto do Açu  
Operações S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019 e 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da  
Porto do Açúcar Operações S.A.

Rio de Janeiro – RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto do Açúcar Operações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto do Açúcar Operações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Porto do Açúcar Operações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Valor recuperável de propriedades para investimento e ativo imobilizado

Veja a Notas n. 16 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria avaliou esse assunto
<p>A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor de ativos, quando possível individualmente, e em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para o cálculo do valor recuperável da UGC utilizou-se do método de fluxo de caixa futuro, com base em projeções econômico-financeiras.</p> <p>Devido às incertezas inerentes relacionadas com as projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa de desconto, crescimento econômico projetado, projeção da receita na determinação do valor em uso dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento para determinação da estimativa contábil, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:</p> <p>Entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia.</p> <p>Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e as metodologias utilizadas na preparação do modelo de fluxo de caixa futuro, como o crescimento econômico projetado para o setor, estimativa das receitas projetadas, a inflação de custos e as taxas de desconto, confrontando-as com dados obtidos de fontes externas e internas e elaborando análise de sensibilidade.</p> <p>Conferência aritmética dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados pela Administração.</p> <p>Avaliação das análises preparadas pela Administração para a recuperabilidade de ativos individuais, com base nas mudanças na extensão pela qual esses ativos seriam utilizáveis.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente em relação ao teste do valor em uso e sua comparação com o valor recuperável.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação no teste de valor recuperável dos ativos, que foram registrados e divulgados pela administração.</p>

	<p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos das propriedades para investimento e do ativo imobilizado, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>
--	---

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

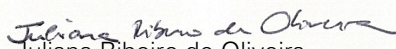
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

  
Juliana Ribeiro de Oliveira  
CRC RJ-095335/O-0

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	22.383	56.142	29.756	62.774
Títulos e valores mobiliários	6	6	6.649	3.431	11.317
Caixa restrito	6	5.668	-	5.668	-
Depósitos bancários vinculados	7	1.045	50	1.059	70
Clientes	8	26.824	27.146	27.719	36.397
Outros valores a receber	20	7.979	8.441	7.642	8.409
Impostos a recuperar	9	1.935	16.695	2.767	17.405
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	-	-	750	1.328
Créditos com terceiros	14	168	170	168	170
Outros		2.040	2.392	1.854	1.673
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>68.048</b>	<b>117.685</b>	<b>80.814</b>	<b>139.543</b>
<b>Não circulante</b>					
Depósitos bancários vinculados	7	3.676	4.717	3.676	4.717
Clientes	8	73.152	55.379	73.152	55.379
Créditos a receber	20	582.696	531.951	582.696	531.951
Debêntures	13	659.393	659.393	659.393	659.393
Créditos com terceiros	14	80.031	80.031	80.031	80.031
Depósitos restituíveis	11	52.491	18.175	52.491	18.175
Depósitos judiciais	12	25.128	24.598	25.128	24.598
Impostos a recuperar	9	4.627	2.603	4.627	2.603
Impostos diferidos	10	40.676	38.337	40.727	38.368
Investimentos em controladas	15	103.403	110.705	-	-
Propriedade para investimento	16	441.029	475.086	520.893	554.950
Imobilizado	17	3.023.006	3.032.334	3.034.090	3.042.878
Intangíveis	18	6.010	4.084	6.107	4.176
Diferido		29.843	-	-	-
Direito de uso	19	1.931	-	1.931	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>5.127.092</b>	<b>5.037.393</b>	<b>5.084.942</b>	<b>5.017.219</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.195.140</b>	<b>5.155.078</b>	<b>5.165.756</b>	<b>5.156.762</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	23	29.079	32.878	29.586	33.108
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	469.648	304.878	469.648	304.878
Passivos de arrendamento	19	962	-	962	-
Salários e encargos a pagar		18.445	16.255	18.570	16.358
Outros passivos financeiros	20	7.549	6.620	6.419	5.802
Adiantamento de clientes	24	2.391	2.362	2.391	2.363
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	618	1.436
Outros Impostos e contribuições a recolher	22	2.253	2.065	2.266	2.139
Outros		81	77	81	80
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>530.408</b>	<b>365.135</b>	<b>530.541</b>	<b>366.164</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	23	12.156	-	12.156	-
Impostos e contribuições a recolher	22	8.870	-	8.870	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	4.631.655	4.404.885	4.631.655	4.404.885
Passivos de arrendamento	19	1.064	-	1.064	-
Obrigações com terceiros	14	21.498	19.880	21.498	19.880
Outros passivos financeiros	20	-	509.580	-	509.580
Adiantamento de clientes	24	20.276	22.260	20.276	22.260
Provisão para perdas em investimentos	15	710	-	-	-
Provisão para contingências	25	5.656	8.750	5.656	8.750
Outros		-	-	484	484
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.701.885</b>	<b>4.965.355</b>	<b>4.701.659</b>	<b>4.965.839</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	26	2.085.348	2.061.053	2.085.348	2.061.053
Reservas de capital		611.196	9.558	611.196	9.558
Prejuízos acumulados		(2.733.697)	(2.246.023)	(2.763.159)	(2.246.023)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>(37.153)</b>	<b>(175.412)</b>	<b>(66.615)</b>	<b>(175.412)</b>
Participação de acionistas não controladores		-	-	171	171
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(37.153)</b>	<b>(175.412)</b>	<b>(66.444)</b>	<b>(175.241)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.195.140</b>	<b>5.155.078</b>	<b>5.165.756</b>	<b>5.156.762</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida de prestação de serviços	27	214.984	248.242	219.379	253.854
Custo dos serviços prestados	28	(154.280)	(230.751)	(154.166)	(231.726)
<b>Lucro bruto</b>		<b>60.704</b>	<b>17.491</b>	<b>65.213</b>	<b>22.128</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas administrativas	29	(91.349)	(78.501)	(86.479)	(73.209)
Reversão da provisão ao valor recuperável de ativos ("impairment")	1, 16 e 17	3.609	162.940	(32.303)	156.870
Reversão da provisão para perda - depósitos restituíveis	11	43.555	-	43.555	-
Reversão (provisão) para perda sobre recebíveis	6,7 e 8	157	(866)	117	(918)
Outras receitas (despesas)		1.864	1.612	1.135	1.620
<b>Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos</b>		<b>18.540</b>	<b>102.676</b>	<b>(8.762)</b>	<b>106.491</b>
Receitas financeiras		63.413	63.626	64.080	64.305
Despesas financeiras		(572.134)	(528.374)	(574.145)	(528.446)
<b>Resultado financeiro</b>	30	<b>(508.721)</b>	<b>(464.748)</b>	<b>(510.065)</b>	<b>(464.141)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	15	169	2.934	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(490.012)</b>	<b>(359.138)</b>	<b>(518.827)</b>	<b>(357.650)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	(667)	(1.515)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	2.338	(181.396)	2.358	(181.365)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(487.674)</b>	<b>(540.534)</b>	<b>(517.136)</b>	<b>(540.530)</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		(487.674)	(540.534)	(517.136)	(540.534)
Acionistas não controladores		-	-	-	4
Resultado por ação		(0,23386)	(0,2623)	(0,24799)	(0,2623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Prejuízo do exercício	(487.674)	(540.534)	(517.136)	(540.530)
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>(487.674)</b>	<b>(540.534)</b>	<b>(517.136)</b>	<b>(540.530)</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>				
Acionistas controladores	(487.674)	(540.534)	(517.136)	(540.534)
Acionistas não controladores	-	-	-	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Opções de ações outorgadas	Variação percentual na participação de investidas	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Ajuste IFRS	Total Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>2.036.821</b>	-	-	1.324	107	(1.705.489)	332.763	-	332.763	167	332.930
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(540.534)	(540.534)	-	(540.534)	4	(540.530)
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	-	46	-	-	46	-	46	-	46
Aumento de capital	24.232	-	-	-	-	-	24.232	-	24.232	-	24.232
Reserva de capital	-	8.081	-	-	-	-	8.081	-	8.081	-	8.081
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.061.053</b>	<b>8.081</b>	-	<b>1.370</b>	<b>107</b>	<b>(2.246.023)</b>	<b>(175.412)</b>	-	<b>(175.412)</b>	<b>171</b>	<b>(175.241)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(487.674)	(487.674)	(29.462)	(517.136)	-	(517.136)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	589.580	-	-	-	589.580	-	589.580	-	589.580
Aumento de capital	24.295	-	-	-	-	-	24.295	-	24.295	-	24.295
Reserva de capital	-	12.058	-	-	-	-	12.058	-	12.058	-	12.058
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.085.348</b>	<b>20.139</b>	<b>589.580</b>	<b>1.370</b>	<b>107</b>	<b>(2.733.697)</b>	<b>(37.153)</b>	<b>(29.462)</b>	<b>(66.615)</b>	<b>171</b>	<b>(66.444)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
*(Em milhares de reais)*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes dos impostos	(490.012)	(359.138)	(518.827)	(357.650)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	115.210	115.250	109.178	109.188
Amortização direito de uso	965	-	965	-
Baixa de ativo	10.114	151	10.115	151
Resultado de equivalência patrimonial	(169)	(2.934)	-	-
Variação cambial, monetária e juros	479.681	448.113	479.568	448.113
Amortização do custo de transação	17.966	17.499	17.966	17.499
Reversão da provisão para <i>impairment</i>	(3.609)	(162.940)	32.303	(156.870)
Reversão da provisão de perdas sobre depósitos restituíveis	(43.555)	-	(43.555)	-
Provisão (reversão) de perdas sobre recebíveis	(157)	866	(117)	918
Provisão (reversão) para bônus	13.704	12.179	13.762	12.257
Provisão para contingências	(1.476)	8.429	(1.476)	8.429
Outros	-	46	-	46
	<b>98.662</b>	<b>77.521</b>	<b>99.882</b>	<b>82.081</b>
<b>(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:</b>				
Clientes	(18.277)	26.583	(9.967)	21.191
Impostos a recuperar	(11.873)	20.552	(12.017)	20.903
IR e CSLL a recuperar	-	-	578	(343)
Depósitos bancários vinculados	46	1.974	52	1.974
Depósitos restituíveis	8.500	2.911	8.500	2.911
Outros ativos financeiros	1.324	2.685	1.629	2.376
Outros valores a receber	305	(504)	(216)	(426)
Fornecedores	8.163	(1.508)	8.435	(2.008)
Impostos e contribuições a recolher	34.017	(1.274)	32.605	(2.433)
Salários e encargos a pagar	(11.514)	(10.653)	(11.550)	(10.665)
Outros passivos financeiros	929	8.392	617	7.967
Adiantamento de clientes	(1.955)	(2.359)	(1.955)	(2.663)
Outras obrigações	-	(451)	(1)	(451)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>108.327</b>	<b>123.869</b>	<b>116.592</b>	<b>120.414</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de bens do imobilizado	(108.262)	(60.587)	(108.848)	(60.984)
Aquisição de bens intangíveis	(1.641)	(1.584)	(1.641)	(1.676)
Títulos e valores mobiliários	6.646	(3.917)	7.889	(6.166)
Propriedade para investimento	-	(8.070)	-	(8.704)
Mútuos recebidos de partes relacionadas	10.001	-	10.001	-
Recebimento dividendos	2.401	2.666	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(450)	-	-	-
Aumento de capital em controlada	(1.170)	(7.940)	-	-
Redução de capital em controlada	7.400	-	-	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(85.075)</b>	<b>(79.432)</b>	<b>(92.599)</b>	<b>(77.530)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Aumento de capital	24.295	24.232	24.295	24.232
Aumento de reserva de capital	12.058	8.081	12.058	8.081
Adiantamento para futuro aumento de capital	80.000	-	80.000	-
Empréstimos liquidados com terceiros	(112.169)	(18.320)	(112.169)	(18.320)
Custos de transação	(4.341)	(8.919)	(4.341)	(8.919)
Juros pagos	(50.317)	(5.849)	(50.317)	(5.849)
Caixa restrito	(5.668)	-	(5.668)	-
Passivo de arrendamento	(869)	-	(869)	-
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(57.011)</b>	<b>(775)</b>	<b>(57.011)</b>	<b>(775)</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(33.759)</b>	<b>43.662</b>	<b>(33.018)</b>	<b>42.109</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	56.142	12.480	62.774	20.665
Caixa e equivalentes no fim do exercício	22.383	56.142	29.756	62.774
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(33.759)</b>	<b>43.662</b>	<b>(33.018)</b>	<b>42.109</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1 Contexto operacional

A Porto do Aço Operações S.A. (“Porto do Aço” ou “Companhia”), situada à rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário, por meio do Porto do Aço, que está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Trata-se de um Porto privativo de uso misto desenvolvido no conceito de porto-indústria e está em operação desde outubro de 2014. A Companhia é uma subsidiária controlada por Prumo Logística S.A. (“Prumo”).

## 2 Licenças e autorizações

Novas Licenças ou autorizações obtidas até 31 de dezembro de 2019:

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Aço (*)	Aprovando a concepção e localização das estruturas de uso comum do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), que contemplarão: sistema rodoferroviário, rede de microdrenagem, rede de canais de macrodrenagem, implantação do canal Campos-Açu no trecho Quitingute - UCN, rede elétrica, estrutura de captação de água rio Paraíba do Sul e adutora, sistema de reservação, tratamento e distribuição de água, sistema de esgotamento sanitário com coleta, tratamento e disposição final via emissário submarino, sistema de emissário terrestre e submarino, corte e aterro, loteamento e arruamentos, projeto urbanístico e paisagístico. (*)	LP nº IN021311 AVB002637	30/10/2012	30/10/2017
Porto do Aço (*)	Licença de instalação que autoriza a implantação do pátio logístico, compostos por pátios de granéis sólidos, para armazenamento de rochas ornamentais, produtos siderúrgicos, contêineres e infraestrutura de apoio, unidades de apoio, sistema de dragagem para área do retroporto, unidade de tratamento de petróleo (“UTP”) para comercialização e exportação de petróleo através dos terminais marítimos licenciados no T1, denominados TPET-I e TPET-II e, em conjunto, denominado <i>T-Oil</i> , incluindo a estocagem e processamento de óleo, com tubulação específica para movimentação de petróleo entre a UTP e os referidos terminais marítimos, bem como a instalação da infraestrutura nesses terminais destinadas à atividade de transferência de petróleo entre navios acostados em todos os berços do <i>T-Oil</i> e a transferência de petróleo entre navios acostados e a contrabordo (“ <i>ship to ship</i> ”).	LI nº IN030949	22/06/2015	22/06/2018
Porto do Aço (*)	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial (usina de concreto) e outros usos (umectação de vias) na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul	OUT nº IN022389	04/02/2013	04/02/2018
Porto do Aço	Licença de operação que autoriza o <i>T-Mult</i> dedicado à movimentação de granéis sólidos (carvão/coque e bauxita) e carga geral (blocos de granito, contêineres e cargas de projetos).	LO nº IN034002 AVB003515	15/04/2016	15/04/2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu (*)	Para a implantação do Terminal Sul, planta portuária destinada à movimentação de cargas e produtos para importação e exportação (granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e cargas de projeto), com supressão de vegetação nativa de 0,7 ha de eucaliptos encontrados na área de intervenção e realizar captura, transporte e monitoramento de fauna silvestre. (*)	LI nº IN023176 AVB001999 AVB002728 AVB002866	17/05/2013	17/05/2017
Porto do Açu (*)	Aprovou a concepção e localização do Terminal Sul. (*)	LP nº IN018985	16/02/2012	16/02/2015
Porto do Açu	Aprovando a concepção, localização e implantação de infraestrutura do Terminal Sul (TSUL), que compreende a pavimentação de vias, edificação da portaria principal, implantação da rede de drenagem e de distribuição de água, situado na Fazenda Saco Dantas. (*)	LPI nº IN028199 AVB003939	25/09/2014	01/01/2020
Porto do Açu	Autorização para a extração de água bruta subterrânea em 02 (dois) poços tubulares, com a finalidade de uso industrial (sistema de resfriamento, aspersão de pilhas de carvão e coque, fabricação de lama de perfuração), e outros (limpeza de dependências).	OUT nº IN028801	13/11/2014	13/11/2019
Porto do Açu	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial e outros usos na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	OUT nº IN038837	02/03/2017	02/03/2022
Porto do Açu (*)	Licença Prévia e de Instalação aprovou a concepção, localização e implantação de um píer de atracação para unidade flexível de transferência de gás natural liquefeito. A referida licença teve seu prazo prorrogado através da AVB002868. Ocorre que a mencionada AVB veio com erro material e está sendo devidamente corrigida no INEA.	LPI nº IN021739 AVB002714 AVB002868	10/12/2012	10/12/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação LI nº IN042068 aprova a implantação de um canal de navegação, composto por um canal de acesso marítimo ( <i>offshore</i> ) e um canal de atracação ( <i>onshore</i> ) e implantação das estruturas de cais, guias correntes e píer.	LI nº IN042068 AVB 003786	13/11/2017	13/11/2021
Porto do Açu (*)	Licença Prévia e de Instalação aprova a concepção, localização e implantação de dois depósitos (2 e 7) de apoio terrestre para disposição do material dragado do canal de acesso da Unidade de Construção Naval do Açu, com supressão de vegetação nativa de 14,11 ha de restinga e o corte de vegetação exótica em uma área de 2,67 ha cobertos por cercas vivas de espécie <i>Euphorbia tirucalli</i> , localizado na Rodovia RJ 240 - Açu, Distrito Industrial, Município São João da Barra.	LPI nº IN030901	29/06/2015	29/06/2018
Porto do Açu (*)	Licença Prévia e de Instalação aprova a fabricação, montagem e lançamento de estruturas do tipo riser, destinadas às instalações marítimas de produção de petróleo, incluindo autorização para supressão de vegetação nativa de 10,5 hectares.	LPI nº IN031304	31/07/2015	31/07/2018
Porto do Açu (*)	Autoriza a extração de água subterrânea para finalidade de consumo e higiene humana e irrigação. (*)	OUT nº IN001541	23/03/2010	22/03/2015
Pedreira Sapucaia (*)	Implantação das atividades de britagem e extração mineral de granito, para uso na construção civil, em uma jazida inserida em 2 poligonais que totalizam 73,05 ha, processos DNPM 890.220/11 e 890.187/11, cuja frente de lavra efetiva corresponde a 19,89 ha, georreferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 242.828 m E e 7.602.575 m N. O beneficiamento do minério será realizado em duas centrais de britagem, com capacidade total de 600 t/h. (*)	LPI nº IN018049 AVB001088	04/11/2011	04/11/2014

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Pedreira Sapucaia (*)	Atividade de extração mineral de granito em blocos, para uso na construção civil, em uma frente de lavra de 5,06 ha, inserida em área de 21,8 há. (*)	LO nº IN016484 AVB001187 AVB001426	02/05/2011	02/05/2016
Reserva Ambiental	Certidão atestando a inexigibilidade de licença para consultoria com objeto de elaboração e execução de projeto de recuperação, restauração e recomposição florestal.	CA nº IN022772	26/03/2013	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 7.096 de SJB.	CA nº IN018822	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 4.812 de SJB.	CA nº IN018820	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Autorização ambiental que permite o fundeio de plataformas e embarcações <i>offshore</i> na área do T2 e sua atracação nos molhes norte e sul deste mesmo terminal.	AA nº IN050670	25/11/2019	25/11/2021
Reserva Ambiental	Autoriza a realização de soltura de todos os animais capturados, imediatamente após a coleta de dados, no mesmo local de captura e aproveitamento científico de todos os animais encontrados mortos ou que vierem a óbito durante as atividades de levantamento de fauna, devendo estes ser encaminhados para a instituição de pesquisa depositária.	CA nº AA nº IN003190	05/04/2019	05/04/2021
Porto do Açu	Licença concedida autorizando a localização, instalação e operação de um ponto de abastecimento de máquinas e veículos automotores, possuindo 03 tanques aéreos com capacidade de 30m <sup>3</sup> cada.	LAS nº IN046935	29/10/2018	29/10/2023
Águas Industriais	Licença concedida, autorizando a perfuração de poço tubular de aproximadamente 250 metros de profundidade, para extração de água bruta subterrânea em aquífero sedimentar, com a finalidade prevista de uso industrial.	LAS nº IN003607	12/06/2019	12/06/2020
Porto do Açu (*)	Autorização ambiental que permite a atividade de monitoramento da biota aquática, na área de influência do empreendimento e nas águas marinhas.	AA nº IN034383	24/05/2016	24/05/2018
Porto do Açu (*)	Autorização ambiental para execução de planos de manejo, conservação de fauna para espécies ameivula littoralis, anhinga, mimus gilvus e Sporohila collaris.	AA nº IN000133	28/11/2016	28/11/2018
Porto do Açu	Autorização Ambiental para manejo da biota aquática (marinha e limnológica).	AA nº IN000326	16/05/2017	16/05/2019
Porto do Açu	Autorização Ambiental nº IN000327 aprovando o manejo da biota aquática, localizado na Fazenda Saco Dantas, município São João da Barra.	AA nº IN000327	16/05/2017	16/05/2019

(\*) Licenças em processo de renovação. Destaca-se que a prorrogação automática do prazo de expiração de licenças ambientais até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente mediante requerimento tempestivo está prevista na legislação (Lei Complementar nº 140/2011).

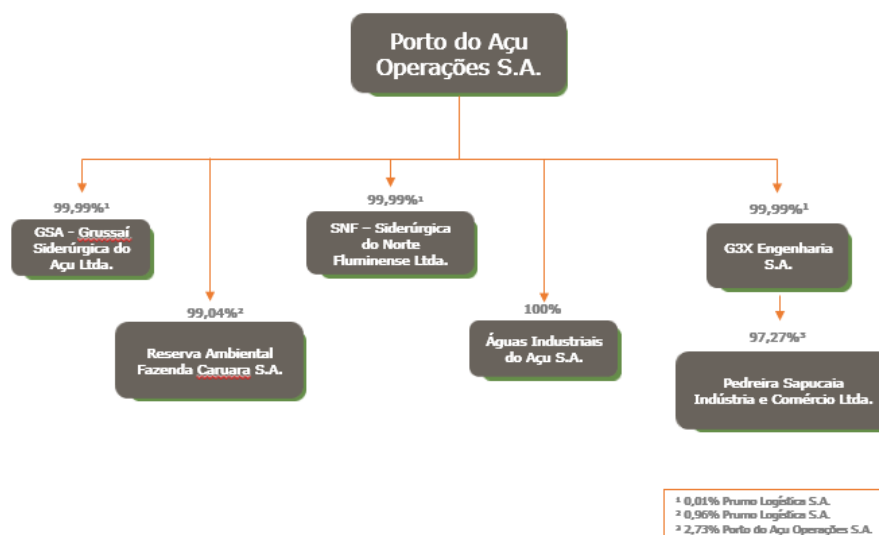


Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 3 Empresas do grupo

Controladas diretas:	País	Participação acionária	
		2019	2018
G3X Engenharia Ltda. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
Águas Industriais do Aço S.A. ("Águas Industriais", antiga EBN)	Brasil	100,00%	100,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Aço S.A. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	99,04%	98,96%
Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%

Controladas indiretas:	País	2019	2018
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,27%	97,80%
Fundo de Investimentos em Cotas Multimercado Crédito Privado LLX 63	Brasil	99,99%	99,99%



Além da Porto do Aço, as controladas Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara") e Águas Industriais do Aço ("Águas Industriais") já se encontram em operação e a controlada Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia") operou em 2012 e 2013 e teve uma parada em sua operação em 2014. As demais empresas controladas pela Companhia ainda se encontram em fase pré-operacional.

### 4 Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras

#### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da Companhia que terminará em 2025. Portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e a amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecida no resultado do exercício da Companhia.

Além disso, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reverteu totalmente a provisão de *impairment* reconhecida sobre o ativo diferido, fato que ampliou a diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado em relação a 31 de dezembro de 2018.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06/IFRS 16 – Arrendamento foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 19 – Direito de uso / Passivo de arrendamento.

b) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em 26 de março de 2020. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

c) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade apresentou prejuízo consolidado no exercício de R\$517.136 (R\$540.530 em 31 de dezembro de 2018), capital circulante consolidado negativo de R\$449.727 (negativo em R\$226.621 em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio líquido consolidado de R\$56.678 (negativo em R\$175.241 em 31 de dezembro de 2018).

Em função dessa situação a Administração avaliou se a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. A avaliação da Companhia considerou os seguintes fatores, divulgados com mais detalhes nota explicativa nº 35 de eventos subsequentes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A estratégia financeira para curto prazo é a renegociação da dívida de longo prazo com os Bancos Repassadores (Bradesco e Santander) e com os debenturistas (FI-FGTS), com o objetivo de reestruturar o fluxo de serviço da dívida existente, adequando o fluxo de pagamentos à geração de caixa da Companhia. Conforme nota explicativa Nº 35 – Eventos subsequentes, a renegociação foi finalizada em janeiro de 2020. Conseqüentemente, os fluxos de pagamento no curto prazo foram alongados impactando significativamente na redução do passivo circulante e diminuição do capital circulante líquido negativo.

Conforme detalhado na nota explicativa Nº 35 – Eventos subsequentes, o acionista majoritário da controladora Prumo Logística aumentou seu compromisso de aporte adicional na Porto do Açu para pagamento de serviço da dívida, aumentando os valores ainda não utilizados do compromisso firmado anteriormente de R\$438 milhões de reais para R\$850 milhões de reais.

Além desses fatores, a avaliação da Administração considerou ainda o plano de negócios da Companhia, o qual foi elaborado tendo por base estudos técnicos de viabilidade e fluxo de caixa projetado para os próximos 22 anos, uma vez que a maioria dos contratos existentes e previstos são de longo prazo, o que garante para empresa segurança sobre seus resultados futuros e a plena capacidade de recuperação dos prejuízos acumulados

Em função da avaliação efetuada, a Administração entende que o plano de negócios preparado demonstra que a Companhia obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa no futuro previsível. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— Nota explicativa 27: Reconhecimento de receita: se a receita de prestação de serviço portuário é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

### **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— Nota explicativa 10: Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

— Nota explicativa 17: Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

— Nota explicativa 25: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

### **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação conforme descrito na Nota explicativa 33 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 16: Propriedade para investimento;
- Nota explicativa 30: Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos; e
- Nota explicativa 3: Aquisição de investidas.

## **5 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios, exceto o IFRS 16 que teve sua adoção inicial a partir de 1º de janeiro de 2019, apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e pelas entidades do Grupo.

### **a) Consolidação**

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas, descritas na Nota explicativa 3 - Empresas do Grupo.

Saldos e transações intra-companhias e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transação intra-companhias, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminadas contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais, para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira, são convertidos para o real utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

*(i) Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários*

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia detinha Caixa e equivalente de caixa no montante de R\$22.383 (R\$56.142 em 31 de dezembro 2018). O Caixa e equivalente de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AAA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A provisão de perda estimada foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. Os efeitos para 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados nas Notas explicativas nº 6 e 7 - Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos bancários vinculados.

Em milhares de reais

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda <sup>1</sup>	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	43.590	0,01%	(2)
Nível 2	AA	-	0,02%	-
Nível 3	A	-	0,06%	-
Nível 4	BBB	-	0,18%	-
Nível 5	BB	-	0,72%	-
Nível 6	B	-	3,59%	-
Nível 7	CCC/C	-	26,82%	-
<b>Total</b>		<b>43.590</b>		<b>(2)</b>

<sup>1</sup>Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 05/04/18

O *impairment* estimado no caixa e equivalente de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. O caixa e equivalente de caixa detêm de um risco baixo de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

### (ii) Contas a Receber

Para o Contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e a perda estimada para recebíveis, separados em 6 níveis, de acordo com a data de vencimento desses recebíveis, em 31 de dezembro de 2019:

Em milhares de reais

Nível de Risco	Rating <sup>1</sup>	Saldo Bruto	Taxa de perda <sup>1</sup>	Provisão de Perda
Nível 1	A Vencer	100.495	0,45%	(538)
Nível 2	Vencido até 30 dias	772	0,78%	(6)
Nível 3	Vencido de 31-90 dias	18	3%	(1)
Nível 4	Vencido de 91-180 dias	201	22%	(44)
Nível 5	Vencido de 181-360 dias	8	55%	(5)
Nível 6	Vencido há mais de 360 dias	205	100%	(205)
<b>Total</b>		<b>101.669</b>		<b>(798)</b>

<sup>1</sup>Rating e Taxa de Perda interna da Companhia

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, A Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

#### Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### (iii) *Desreconhecimento*

##### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### (iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Porto do Aço e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

#### f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

g) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização nos propósitos da Administração.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

<b>Ativo</b>	<b>Vida útil (Anos)</b>
Edificações	25 a 40
Pier de apoio T2	60
Canal T2	15
Defensas T2	10
Pier T-Mult	60
Defensas Pier T-Mult	10
Quebra-Mar T2	60
Vias de acesso	10 a 20
Pier molhe sul T2	60
Benfeitorias	25
Instalações	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5 a 20
Terrenos	0

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistas a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

<b>Ativo Intangível</b>	<b>Vida útil (Anos)</b>
Licenças de Uso de Software	5
Implantação de Sistemas	-
Outros	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

i) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrentes dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os respectivos montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

Conforme CPC 28 - Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento.

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

*Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Na avaliação do valor recuperável, a Companhia mensurou o valor justo menos as despesas de alienação da UGC *Industrial Hub/T-Mult*, conforme CPC 01, e identificou a melhora do ambiente macroeconômico, com a perspectiva de medidas benéficas na esfera dos negócios, corroborado pela assinatura de novos contratos, como o de locação de área para instalação das térmicas da empresa GNA.

Esse cenário positivo gerou uma reversão total da provisão de *impairment* da UGC *Industrial Hub/T-Mult* no valor de R\$58.383 (reversão de R\$156.870 em 31 de dezembro de 2018) e adicionalmente a Companhia reconheceu nova provisão para *impairment* de ativos individuais no montante de R\$(90.686) e com isso o valor líquido de *impairment* ficou em uma provisão de R\$32.303.

#### *Ativos financeiros não-derivativos*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

#### k) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos mesmos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

l) Benefícios a empregados

*Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

n) Receita operacional

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento.

As principais receitas da Companhia e suas controladas são provenientes de:



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.

(ii) Serviços portuários

Prestação de serviços portuários, direito de acesso e operações logísticas são reconhecidos no resultado.

Essas operações portuárias são uma série de obrigações distintas de desempenho para o fornecimento de serviços de infraestrutura portuária para os clientes, que são contabilizados como uma única obrigação de desempenho. A receita é reconhecida ao longo do tempo usando o método da porcentagem de conclusão.

A receita é mensurada com base no preço do serviço especificado nas tarifas avaliadas considerando as características do serviço ou no contrato específico do cliente. O preço do contrato pelos serviços prestados reflete o valor transferido para o cliente.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito for considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

r) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, conforme Nota explicativa 30.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

s) Mudanças em políticas contábeis significativas

(i) CPC 06 / IFRS 16 Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06(R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC4.

A partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia passou a classificar o contrato de aluguel de imóvel como arrendamento no grupo do balanço patrimonial como “Direito de Uso”. O montante reconhecido para este contrato foi mensurado pelo método de valor presente descontando os pagamentos mínimos firmados em contrato, usando uma taxa incremental de 10,6% pelo período remanescente do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

- Isenção no reconhecimento

- Arrendamentos de curto prazo – Para contratos com um prazo de 12 meses ou menos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.
- Arrendamentos de baixo valor – A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor, os valores de pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa de forma linear pelo prazo de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, representado principalmente pelo ativo subjacente: Imóvel. Os passivos de arrendamento estão apresentados no passivo circulante e não circulante.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que antes eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais após a norma estão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento. Contudo, essa alteração não gerará impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

Adicionalmente, a adoção desse pronunciamento não ocasionou alterações nas práticas de negócio da Companhia e não houve a necessidade de renegociação de cláusulas restritivas (*covenants*) existentes nos contratos de financiamentos, pois o aumento do passivo não alterou os índices requeridos em cláusulas restritivas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **Como arrendatário**

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensuração do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e suas controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia e suas controladas classificaram os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos operacionais. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

### **Como arrendador**

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia ou suas controladas como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2) / IFRS 16.

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas determinaram se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
  - O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
  - O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
  - Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia e suas controladas fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia e suas controladas considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento se referia à maior parte da vida econômica do ativo.

### **Transição**

Com base nas diretrizes contidas no ofício circular da CVM/SNC/SEP, no. 02/2019, de 18 de dezembro de 2019, o qual estabelece o método de mensuração dos passivos de arrendamento, a Companhia e suas controladas apresentaram os valores iniciais do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso na adoção inicial sendo que os passivos de arrendamento devem ser mensurados ao valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, brutos dos créditos de PIS e COFINS, descontados com base nas taxas de juros nominais e incrementais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Outras normas

A seguinte interpretação de norma também foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não teve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas:

- ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 – Income Taxes) (“CPC 32 / IAS 12”) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

(iii) Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2) / IAS 28).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 / CPC 05 - Contratos de Seguros.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito

### a. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	1.999	1.299	3.398	1.435
<b>Equivalentes de caixa</b>				
Operações compromissadas	20.385	12.819	26.326	18.112
CDBs	-	42.027	34	43.231
	<b>20.385</b>	<b>54.846</b>	<b>26.360</b>	<b>61.343</b>
Provisão de perdas estimadas	(1)	(3)	(2)	(4)
	<b>22.383</b>	<b>56.142</b>	<b>29.756</b>	<b>62.774</b>

Os fundos de investimentos têm seus recursos aplicados em certificado de depósito bancário (CDB's) e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

## b. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Títulos públicos	6	6.652	3.431	11.320
Provisão de perdas estimadas	-	(3)	-	(3)
	<b>6</b>	<b>6.649</b>	<b>3.431</b>	<b>11.317</b>

Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos por meio do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo.

Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

## c. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa restrito (a)	5.668	-	5.668	-
	<b>5.668</b>	<b>-</b>	<b>5.668</b>	<b>-</b>

O caixa restrito consiste em montantes depositados diariamente em conta bancária no percentual de 55% dos recursos recebidos pela Porto do Açu em conta centralizadora, conforme estabelecido no anexo I do contrato de financiamento, cujo recursos serão utilizados como "Garantia" ao referido empréstimo do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES").

## 7 Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	2019	2018
Porto do Açu (*)	4.721	4.768
GSA	14	20
	<b>4.735</b>	<b>4.788</b>
Provisão de perdas estimadas	-	(1)
	<b>4.735</b>	<b>4.787</b>
Circulante	1.059	70
Não circulante	3.676	4.717

(\*) Depósito de recursos no Banco Santander realizados pela Porto do Açu que consistem em obrigação de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação n. IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 8 Clientes

	Controladora (e)		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cessão do direito real de superfície (Partes relacionadas - Nota 20) (a)	23.149	989	23.037	989
Serviços portuários (Partes relacionadas - Nota 20)	120	-	120	-
Cessão do direito real de superfície (b)	71.686	69.956	71.686	69.956
Serviços portuários (c)	5.579	7.301	5.579	7.301
Serviço de transporte de cargas (d)	149	3.990	149	3.990
Comissão sobre faturamento de terceiros	-	1.148	-	1.148
Fornecimento de água	-	-	1.098	9.302
	<b>100.683</b>	<b>83.384</b>	<b>101.669</b>	<b>92.686</b>
Provisão de perdas estimadas	(707)	(859)	(798)	(910)
	<b>99.976</b>	<b>82.525</b>	<b>100.871</b>	<b>91.776</b>
Circulante	26.824	27.146	27.719	36.397
Não circulante	73.152	55.379	73.152	55.379

O saldo a receber refere-se a:

- A Companhia reconheceu receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 377.991,75 m<sup>2</sup>, com a Empresa UTE GNA I referente a área onde estão sendo instaladas as usinas termoeletricas. A receita foi reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 06. O reconhecimento da receita linear deste referido contrato foi mensurado no valor total de R\$21.029 até 31 de dezembro de 2019 e o fluxo de pagamento para este contrato é de longo prazo a partir de janeiro de 2021.
- Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Açu relativo aos clientes: Technip, Wärtsilä, NOV, Interdoor, Edison Chouest, Embratel, Acciona, NFX e outros;
- Serviços portuários compreendem armazenagem de cargas soltas, cargas de projetos, granéis sólidos, pesagem e serviço de recepção; e
- Serviços de transportes com atividades de descarga e transporte de carvão siderúrgico.
- O contrato de financiamento com BNDES prevê a retenção em garantia de 55% dos recebíveis na controladora conforme cláusula contratual e demonstrado na Nota explicativa nº 06 item c – Caixa restrito.

## 9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre serviços ("ISS")	575	552	575	552
Imposto sobre circulação mercadorias ("ICMS")	1.870	2.098	1.870	2.098
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	940	598	1.679	1.301
Programa de integração social ("PIS")	1.035	3.216	1.052	3.216
Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS")	2.068	12.747	2.144	12.747
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	-	750	1.328
Outros	74	87	74	94
	<b>6.562</b>	<b>19.298</b>	<b>8.144</b>	<b>21.336</b>
Circulante	1.935	16.695	3.517	18.733
Não circulante	4.627	2.603	4.627	2.603

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 10 Impostos diferidos

A Companhia e suas controladas registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício de apuração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Imposto diferido ativo</b>				
Prejuízos fiscais	598.086	458.279	598.490	458.650
Base negativa de contribuição social	215.311	164.980	215.456	165.114
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	38.875	48.598	38.906	48.633
Provisão para PPR	3.116	3.184	3.135	3.198
Provisão para perdas estimadas	241	294	272	312
Provisão para perda dos recebíveis com OSX	15.492	15.492	15.492	15.492
Provisão contingências	1.756	2.975	1.756	2.975
Provisão outras taxas	2.666	2.666	2.666	2.666
Provisão para perda em investimentos	7.854	45.883	14.970	53.000
Provisão para perda de ativos	30.833	-	30.833	-
Outros	4	4	4	4
<b>Total de créditos fiscais diferidos ativos</b>	<b>914.234</b>	<b>742.355</b>	<b>921.980</b>	<b>750.044</b>
<b>Provisão para realização</b>				
IR diferido não reconhecido - <i>Valuation allowance</i> (b)	(837.013)	(661.548)	(844.708)	(669.206)
<b>Total de impostos diferidos ativos</b>	<b>77.221</b>	<b>80.807</b>	<b>77.272</b>	<b>80.838</b>
Diferença temporária - juros capitalizados	(36.545)	(42.470)	(36.545)	(42.470)
<b>Total de impostos diferidos</b>	<b>40.676</b>	<b>38.337</b>	<b>40.727</b>	<b>38.368</b>

- (a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.
- (b) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, além da controladora, proveniente das controladas G3X, GSA e SNF em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2017, a controladora Porto do Açu passou a constituir provisão para perda de créditos fiscais referente ao imposto diferido apurado a partir desta data e, até 31 de dezembro de 2018, constituiu uma provisão para perda adicional no montante de R\$661.548 referente a créditos não reconhecidos no exercício. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi constituído uma perda de créditos no montante de R\$175.465. Esta provisão será revertida na medida em que a sua realização for provável, mediante estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do ativo fiscal em um período de 10 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 11 Depósitos restituíveis

	2018	Baixas (Recebimentos)	Reversão da Provisão p/ perda (*)	Atualização monetária	2019
Porto do Açu	18.175	(8.500)	43.555	(739)	52.491
	<b>18.175</b>	<b>(8.500)</b>	<b>43.555</b>	<b>(739)</b>	<b>52.491</b>

(\*) Reversão de provisão de perda diante do êxito de nova estratégia jurídica.

Entre os anos de 2011 e 2015, a Porto do Açu passou a adquirir dos proprietários e/ou possuidores de imóveis desapropriados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (“CODIN”) os direitos sobre as áreas por eles ocupadas. O objetivo foi auxiliar aqueles que concordaram com os valores de avaliação da CODIN a receber suas indenizações, tendo em vista a precariedade da documentação que possuíam.

As aquisições tiveram como consequência a aceleração da desocupação de áreas destinadas ao Distrito Industrial de São João da Barra, inclusive aquelas que são objeto das Promessas de Compra e Venda celebradas pela Companhia e suas controladas com a CODIN.

Em 2019, a Porto do Açu recuperou o montante de R\$8.500 que estava depositado em juízo, devido a autorizações judiciais obtidas em processos envolvendo os mencionados terrenos adquiridos pela Companhia.

O levantamento pela Companhia dos valores das ações de desapropriação de áreas por ela adquiridas é autorizado pelo Poder Judiciário, em regra, quando da regularização do título de propriedade e da comprovação da quitação de dívidas fiscais com relação a cada imóvel, na forma da lei. Todavia, desde 2019, a Companhia tem logrado êxito em obter as autorizações judiciais para recebimento desses valores através de uma estratégia jurídica que argumenta a inexistência de outros interessados, o que justifica a reversão de provisão de perda entre os anos de 2018 e 2019, no montante de R\$43.555.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estima expectativa remota de recebimento de valores no montante de R\$23.354 (R\$66.909 em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 12 Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Porto do Açu	25.128	24.598
	<b>25.128</b>	<b>24.598</b>

Em 2 de dezembro de 2010, a Porto do Açu depositou em juízo o valor de R\$8.000, para a futura aquisição do imóvel denominado Fazenda Palacete, de propriedade da Cia. Açucareira Usina Barcelos ("CAUB"), pois estava com pedido de recuperação judicial pendente de apreciação. O juiz determinou nova avaliação do imóvel, e requereu novo depósito adicional de R\$1.172, integralmente efetuado em 18 de setembro de 2012. O alvará judicial autorizando a venda foi expedido em setembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2019, o valor corrigido totaliza R\$15.120 (R\$15.130 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2013, a Porto do Açu ingressou com ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas, nos termos do "Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas," celebrado em 6 de outubro de 2010 ("Contrato"). Na referida ação, a Porto do Açu obteve a concessão de medida liminar autorizando o depósito judicial da remuneração estabelecida no Contrato. Neste contexto, os depósitos judiciais efetuados em nome da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, em 31 de dezembro de 2015, totalizaram R\$7.614. A ação judicial que discute o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas ainda está pendente de julgamento e os valores permanecem depositados em juízo. Em 31 de dezembro de 2019, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza R\$9.714 (R\$9.364 em 31 de dezembro de 2018). O montante de R\$294 (R\$104 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a outros processos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 13 Debêntures

### a. Debêntures OSX

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Debêntures	659.393	659.393
DIP	10.961	10.961
<b>Total</b>	<b>670.354</b>	<b>670.354</b>
(-) Redução do valor recuperável de ativos (" <i>impairment</i> ")	(10.961)	(10.961)
<b>Total</b>	<b>659.393</b>	<b>659.393</b>

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. ("OSX"), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Aço subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$723.716 nas seguintes condições:

- Data de vencimento: 20 anos
- Amortização do Principal: em uma única parcela, na data do vencimento
- Cálculo dos juros remuneratórios: 100% do CDI
- Pagamento dos juros: a partir do 6º ano

Adicionalmente, nos termos do referido plano de recuperação judicial, a Porto do Aço concedeu para a OSX o valor de R\$10.961 na forma de empréstimo ("DIP"), em 29 de janeiro de 2016. Este valor também foi utilizado para subscrição e integralização de debêntures emitidas pela OSX.

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é de R\$734.677, sendo composto por: (i) R\$646.886 relativos aos custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$34.580 referentes à cessão do direito real de superfície, cujo saldo até julho de 2014 foi provisionado para perda; e (v) R\$29.743, devidos a partir de agosto de 2014, não contabilizados por não atender os critérios de reconhecimento de receita, no que tange à improbabilidade de benefícios econômicos associados a essa transação.

Caso, eventualmente, a OSX não honre o acordo, o montante de R\$646.886 de custos de construção do canal será agregado ao custo de construção do Terminal T2 e os R\$12.507 da linha de transmissão serão agregados a propriedades para investimento e deverão ser futuramente recuperados por meio das respectivas operações. Conforme divulgado na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado, estes valores foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total do crédito e de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a Administração entende que não é adequado o reconhecimento contábil dos juros remuneratórios das debêntures, no montante aproximado de R\$371.079 até 31 de dezembro de 2019 (R\$315.808 em 31 de dezembro de 2018), bem como constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP.

## 14 Créditos e obrigações com terceiros

### a. Créditos com terceiros

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Créditos com OSX	83.218	83.218
(-) Provisão para perda estimada	(3.203)	(3.203)
Créditos com OSX (*)	80.015	80.015
Outros	184	186
	<b>80.199</b>	<b>80.201</b>
Circulante	168	170
Não circulante	80.031	80.031

(\*) Este montante é composto por: (i) R\$64.668 referente a custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.000 adiantamento de aluguel da área utilizada pela Dome pago à OSX; (iii) R\$8.550 retenção contratual de fornecedores faturados contra OSX e liquidados pela Porto do Açu; e (iv) R\$(3.203) de provisão para perdas referente a despesas de compartilhamento de custos de sustentabilidade.

Após o acordo judicial mencionado na nota anterior, a Porto do Açu ainda pagou diretamente aos fornecedores os custos relacionados à construção do canal do T2. Dessa forma, no caso de a OSX não honrar essa dívida apenas o valor de R\$64.668 será agregado ao custo de construção do T2 e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações portuárias. Conforme divulgado na Nota explicativa 17 - Imobilizado, os créditos com a OSX foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC Industrial Hub/T-Mult.

### b. Obrigações com terceiros

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tem obrigações com a OSX no montante de R\$19.880 e provisão de R\$1.618 referente a taxa de ocupação devida à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, sendo R\$886 referente a taxa de 2018 e R\$732 a taxa de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 15 Investimentos

### a) Participações societárias

2019											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	32.823	32.532	14	32.518	32.823	-	95	-	-	(400)
Reserva Ambiental Caruara	99,04%	17.302	17.842	247	17.595	17.302	-	233	60	-	-
G3X	99,99%	38.648	136	10	126	38.648	30	-	-	123	(38.675)
Águas Industriais	100,00%	9.436	24.361	13.905	10.456	9.436	205	275	540	-	-
SNF	99,99%	44.081	43.234	235	42.999	44.081	215	-	-	-	(1.297)

2018											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	40.223	40.103	37	40.066	40.223	-	95	-	-	(252)
Reserva Ambiental Caruara	98,96%	17.302	17.910	115	17.795	17.302	-	229	264	-	-
G3X	99,99%	38.638	158	15	143	38.638	-	-	-	94	(38.589)
Águas Industriais	100,00%	8.432	12.972	2.364	10.608	8.432	237	1.939	-	-	-
SNF	99,99%	43.955	43.150	53	43.097	43.955	-	-	-	-	(858)



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a) Participações societárias--Continuação

**Movimentações - Controladora**

<u>Controladas diretas</u>	<u>2018</u>	<u>Aumento (Redução) de capital</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC</u>	<u>Ganho/perda na variação percentual</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Provisão para perdas em investimentos</u>	<u>2019</u>
GSA	40.062	(7.400)	-	-	-	(147)	-	32.515
Reserva Ambiental Caruara	17.626	-	-	-	(282)	84	-	17.428
G3X	(693)	10	30	29	-	(86)	710	-
Águas Industriais	10.608	1.004	205	-	(2.119)	758	-	10.456
SNF	43.097	126	215	-	-	(440)	-	42.998
Outros	5	30	-	(29)	-	-	-	6
	<b>110.705</b>	<b>(6.230)</b>	<b>450</b>	<b>-</b>	<b>(2.401)</b>	<b>169</b>	<b>710</b>	<b>103.403</b>

<u>Controladas diretas</u>	<u>2017</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC</u>	<u>Ganho/perda na variação percentual</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Provisão para perdas em investimentos</u>	<u>2018</u>
GSA	39.624	345	-	-	-	93	-	40.062
Reserva Ambiental Caruara	17.185	647	-	-	(574)	368	-	17.626
G3X	(658)	56	-	63	-	(154)	-	(693)
Águas Industriais	3.802	6.178	-	-	(2.092)	2.720	-	10.608
SNF	42.541	649	-	-	-	(93)	-	43.097
Outros	3	65	-	(63)	-	-	-	5
	<b>102.497</b>	<b>7.940</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.666)</b>	<b>2.934</b>	<b>-</b>	<b>110.705</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 16 Propriedades para investimento

	Consolidado				2019
	2018	Adição	Impairment (*)	Baixa	
Porto do Aço	475.086	491	(34.324)	(224)	441.029
GSA	31.695	-	-	-	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.244	-	-	-	5.244
SNF	42.925	-	-	-	42.925
	<b>554.950</b>	<b>491</b>	<b>(34.324)</b>	<b>(224)</b>	<b>520.893</b>

(\*) R\$34.324 refere-se à provisão para perda de recuperabilidade de ativos identificada em análise individual no nível do ativo por falta de expectativa de uso.

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Aço, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Aço. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras. A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - *Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$1.372.244 equivalente a 1,7MM m<sup>2</sup> da área total (R\$1.181.075 em 31 de dezembro de 2018). Para os não arrendados a Companhia calculou o valor justo em R\$4.142.700 (R\$ 3.083.794 em 31 de dezembro de 2018).

## 17 Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Porto do Aço	3.023.006	3.032.334	3.022.170	3.031.503
Reserva Ambiental Caruara	-	-	9.240	9.241
Pedreira Sapucaia	-	-	462	461
Águas Industriais	-	-	2.218	1.673
	<b>3.023.006</b>	<b>3.032.334</b>	<b>3.034.090</b>	<b>3.042.878</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora							
Instalações portuárias	Edificações, benfeitorias e instalações		Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
	Terrenos						
<b>Taxa estimada de depreciação</b>	<b>3,06%</b>	-	<b>5,20%</b>	<b>10,81%</b>	-	-	<b>3,70%</b>
<b>Saldo em 2018</b>	<b>2.573.498</b>	<b>68.972</b>	<b>172.265</b>	<b>106.119</b>	<b>103.951</b>	<b>6.352</b>	<b>1.177 3.032.334</b>
Adição	2	1	70	2.094	105.279	22	107.570
Transferência	102.518	-	50.509	127	(153.108)	(46)	-
Baixa	(8.664)	-	-	(22)	-	(1.139)	(9.825)
Reversão (provisão) <i>impairment</i>	58.383	-	-	(56.363)	-	-	2.020
Depreciação	(89.250)	-	(11.612)	(8.021)	-	-	(210) (109.093)
<b>Saldo em 2019</b>	<b>2.636.487</b>	<b>68.973</b>	<b>211.232</b>	<b>43.934</b>	<b>56.122</b>	<b>5.189</b>	<b>1.069 3.023.006</b>
Custo	3.039.240	68.973	262.920	74.194	56.122	5.189	2.885 3.509.523
Depreciação acumulada	(402.753)	-	(51.688)	(30.260)	-	-	(1.816) (486.517)
<b>Saldo em 2019</b>	<b>2.636.487</b>	<b>68.973</b>	<b>211.232</b>	<b>43.934</b>	<b>56.122</b>	<b>5.189</b>	<b>1.069 3.023.006</b>

Controladora							
Instalações Portuárias	Edificações, benfeitorias e instalações		Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
	Terrenos						
<b>Taxa estimada de depreciação</b>	<b>3,06%</b>	-	<b>5,20%</b>	<b>10,81%</b>	-	-	<b>3,70%</b>
<b>Saldo em 2017</b>	<b>2.433.181</b>	<b>67.972</b>	<b>177.276</b>	<b>108.861</b>	<b>114.220</b>	<b>21.253</b>	<b>1.321 2.924.084</b>
Adição	-	-	730	2.750	56.720	298	88 60.586
Transferência	73.046	1.000	5.806	2.315	(66.989)	(15.178)	-
Baixa	-	-	(12)	(118)	-	(21)	(151)
Depreciação	(89.599)	-	(11.535)	(7.689)	-	-	(232) (109.055)
Reversão de <i>impairment</i>	156.870	-	-	-	-	-	156.870
<b>Saldo em 2018</b>	<b>2.573.498</b>	<b>68.972</b>	<b>172.265</b>	<b>106.119</b>	<b>103.951</b>	<b>6.352</b>	<b>1.177 3.032.334</b>
Custo	2.887.001	68.972	212.341	128.357	103.951	6.352	3.055 3.410.029
Depreciação acumulada	(313.503)	-	(40.076)	(22.238)	-	-	(1.878) (377.695)
<b>Saldo em 2018</b>	<b>2.573.498</b>	<b>68.972</b>	<b>172.265</b>	<b>106.119</b>	<b>103.951</b>	<b>6.352</b>	<b>1.177 3.032.334</b>

Consolidado							
Instalações portuárias	Edificações, benfeitorias e instalações		Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
	Terrenos						
<b>Taxa estimada de depreciação</b>	<b>3,06%</b>	-	<b>5,20%</b>	<b>10,81%</b>	-	-	<b>3,70%</b>
<b>Saldo em 2018</b>	<b>2.572.665</b>	<b>78.658</b>	<b>172.266</b>	<b>106.335</b>	<b>105.405</b>	<b>6.348</b>	<b>1.201 3.042.878</b>
Adição	5	-	70	2.139	105.813	26	102 108.155
Transferência	102.512	-	50.509	1.936	(154.911)	(46)	-
Baixa	(8.664)	-	-	(23)	-	(1.139)	(9.826)
Reversão (provisão) <i>impairment</i>	58.383	-	-	(56.363)	-	-	2.020
Depreciação	(89.250)	-	(11.614)	(8.059)	-	-	(214) (109.137)
<b>Saldo em 2019</b>	<b>2.635.651</b>	<b>78.658</b>	<b>211.231</b>	<b>45.965</b>	<b>56.307</b>	<b>5.189</b>	<b>1.089 3.034.090</b>
Custo	3.038.404	78.658	262.920	76.271	56.307	5.189	2.907 3.520.656
Depreciação acumulada	(402.753)	-	(51.689)	(30.306)	-	-	(1.818) (486.566)
<b>Saldo em 2019</b>	<b>2.635.651</b>	<b>78.658</b>	<b>211.231</b>	<b>45.965</b>	<b>56.307</b>	<b>5.189</b>	<b>1.089 3.034.090</b>

Consolidado							
Instalações Portuárias	Edificações, benfeitorias e instalações		Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
	Terrenos						
<b>Taxa estimada de depreciação</b>	<b>3,06%</b>	-	<b>5,20%</b>	<b>10,81%</b>	-	-	<b>3,70%</b>
<b>Saldo em 2017</b>	<b>2.433.181</b>	<b>77.658</b>	<b>177.277</b>	<b>108.904</b>	<b>114.622</b>	<b>21.252</b>	<b>1.345 2.934.239</b>
Adição	-	-	730	2.931	56.936	298	89 60.984
Transferência	72.213	1.000	5.806	2.315	(66.153)	(15.181)	-
Baixa	-	-	(12)	(118)	-	(21)	(151)
Depreciação	(89.599)	-	(11.535)	(7.697)	-	-	(233) (109.064)
Reversão de <i>impairment</i>	156.870	-	-	-	-	-	156.870
<b>Saldo em 2018</b>	<b>2.572.665</b>	<b>78.658</b>	<b>172.266</b>	<b>106.335</b>	<b>105.405</b>	<b>6.348</b>	<b>1.201 3.042.878</b>
Custo	2.886.168	78.658	212.341	128.582	105.405	6.348	3.078 3.420.580
Depreciação acumulada	(313.503)	-	(40.075)	(22.247)	-	-	(1.877) (377.702)
<b>Saldo em 2018</b>	<b>2.572.665</b>	<b>78.658</b>	<b>172.266</b>	<b>106.335</b>	<b>105.405</b>	<b>6.348</b>	<b>1.201 3.042.878</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### Obras em andamento

Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2019, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção, é composto por obras complementares de infraestrutura geral no valor de R\$56.122 (R\$103.951 em 31 de dezembro de 2018).

Na controlada Águas Industriais do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2019 é de R\$185 (R\$1.454 em 31 de dezembro de 2018) referente a gastos com projetos para o sistema de águas do porto.

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia trimestralmente a recuperabilidade dos seus ativos ou quando existirem indicativos de desvalorização de maneira regular e verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A Companhia considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem de containers, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma única UGC Industrial *Hub/T-Mult*.

As perdas e reversões de perdas na recuperabilidade dos ativos foram reconhecidas principalmente no quarto trimestre, decorrente da comparação do valor em uso com o valor contábil.

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos realizada em 31 de dezembro de 2019 a Companhia utilizou-se o valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração, que consideraram:

- Revisão dos cenários para a UGC conforme planos de negócios, crescimento econômico projetado, considerando tanto receitas futuras projetadas quanto os contratos já firmados com clientes, com destaque para os contratos de locação de área com a Edison Chouest e os contratos de locação de área que estão sendo negociados com a GNA e estimativas de custos operacionais e CAPEX de manutenção;
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos, uma vez que a Companhia se encontra em operação, e a maioria dos contratos existentes e previstos são de longo prazo, assim como o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Taxa de desconto efetiva “rolling WACC” que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada na revisão do fluxo de caixa futuro em 2019 foi de 10,33% a 14,17% (11,74% a 16,90% em 31 de dezembro de 2018) em termos nominais, baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital (“Rolling WACC”); e

- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,51% a.a. (3,77% a.a. em 2018).

A seguir está apresentado o total de perda na redução do valor recuperável dos ativos, líquida da reversão, por natureza de ativo ou UGC, reconhecido no resultado do exercício:

<b>Controladora (BR GAAP)</b>				
	<b>2019</b>			<b>2018</b>
<b>Ativos ou unidade geradora de caixa</b>	<b>Valor contábil (a)</b>	<b>Valor em uso</b>	<b>Impairment</b>	<b>Impairment</b>
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.300.912	4.836.968	-	(94.296)

<b>Consolidado (IFRS)</b>				
	<b>2019</b>			<b>2018</b>
<b>Ativos ou unidade geradora de caixa</b>	<b>Valor contábil (a)</b>	<b>Valor em uso</b>	<b>Impairment</b>	<b>Impairment</b>
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.271.070	4.836.968	-	(58.383)

<b>Controladora (BR GAAP)</b>				
	<b>2018</b>			<b>2017</b>
<b>Ativos ou unidade geradora de caixa</b>	<b>Valor contábil (a)</b>	<b>Valor em uso</b>	<b>Impairment</b>	<b>Impairment</b>
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.409.890	4.315.594	(94.296)	(257.236)

<b>Consolidado (IFRS)</b>				
	<b>2018</b>			<b>2017</b>
<b>Ativos ou unidade geradora de caixa</b>	<b>Valor contábil (a)</b>	<b>Valor em uso</b>	<b>Impairment</b>	<b>Impairment</b>
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.373.977	4.315.594	(58.383)	(215.253)

- (a) O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível e diferido, propriedades para investimento e debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros) e sem o efeito de provisões de *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### Movimentação da provisão

	Controladora			
	2018	Adições	Reversão	2019
Industrial Hub/T-Mult (a)	(58.383)	-	58.383	-
Industrial Hub/T-Mult – Diferido (a)	(35.913)	6.070	29.843	-
Pedreira Sapucaia (b)	(16.684)	-	-	(16.684)
	<b>(110.980)</b>	<b>6.070</b>	<b>88.226</b>	<b>(16.684)</b>

	Controladora			
	2017	Adições	Reversão	2018
Industrial Hub/T-Mult (a)	(215.253)	-	156.870	(58.383)
Industrial Hub/T-Mult – Diferido (a)	(41.983)	-	6.070	(35.913)
Pedreira Sapucaia (b)	(16.684)	-	-	(16.684)
	<b>(273.920)</b>	<b>-</b>	<b>162.940</b>	<b>(110.980)</b>

	Consolidado			
	2018	Adições	Reversão teste impairment	2019
Industrial Hub/T-Mult	(58.383)	-	58.383	-
Pedreira Sapucaia	(16.684)	-	-	(16.684)
	<b>(75.067)</b>	<b>-</b>	<b>58.383</b>	<b>(16.684)</b>

	Consolidado			
	2017	Adições	Reversão teste impairment	2018
Industrial Hub/T-Mult	(215.253)	-	156.870	(58.383)
Pedreira Sapucaia	(16.684)	-	-	(16.684)
	<b>(231.937)</b>	<b>-</b>	<b>156.870</b>	<b>(75.067)</b>

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, a controladora realizou a reversão da provisão de *impairment* sobre o ativo imobilizado e diferido no montante de R\$88.226 (R\$156.870 em 31 de dezembro de 2018) e R\$6.070 (R\$6.070 em 31 de dezembro de 2018) referente a amortização do ativo diferido. Esta movimentação do diferido só se encontra na controladora, pois para as IFRS - *International Financial Reporting Standards*, este grupo foi extinto.
- (b) Em 2016, a Porto do Açu concluiu que havia necessidade de constituição de provisão para perda de recuperabilidade no valor de R\$16.684, na controlada indireta Pedreira Sapucaia, devido ao fato de não ter a perspectiva de retorno econômico do ativo no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2019 a situação se mantém, não havendo nenhum evento que justifique a reversão dessa provisão.

Ao longo de 2019 a Companhia realizou teste de sensibilidade dos cenários decorrente da conclusão do teste *impairment* dos ativos no mesmo período.

O cenário base adotado pela Companhia previa a média anual de área ocupada equivalente a 19.224.858 m<sup>2</sup>, contudo devido às incertezas na taxa de ocupação e na contratação de novos clientes, este cenário foi sensibilizado com um atraso de 3 anos na curva de ocupação de novas áreas a partir de 2030. Houve, portanto, uma redução na média anual de área ocupada de 17%, totalizando em 16.012.954 m<sup>2</sup>.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Destacam-se os seguintes clientes que tiveram fluxo postergado, além de uma comparação entre cenários, conforme tabelas abaixo:

<b>Clientes que iniciariam locação em 2030 e foram postergados para 2033</b>	<b>Área (m²)</b>
Thermal Power Plants (GNA V)	340.000
Refinery incl cracker	2.000.000
Ro-Ro Operations	40.000
Pharmaceutical, health & beauty - production plant	50.000
Additional Zone 2	138.580
<b>Total</b>	<b>2.568.580</b>

<b>Clientes que aumentariam a área locada em 2030 e passaram para 2033</b>	<b>Área (m²)</b>
Oil & Gas terminals	+ 125.000
Oil & Gas Industrial zone	+ 550.000
Container Specialized Terminal	+ 230.000
CondLog	+ 36.000
<b>Total</b>	<b>+ 941.000</b>
Oil & Gas terminals	+ 125.000

	<b>Cenários</b>	
	<b>Sem atraso na locação</b>	<b>Com atraso na locação</b>
Novas locações (2020-2030)	16.411.896 m²	12.902.315 m²
Novas locações (2031-2041)	18.112.967 m²	17.469.848 m²
Área ocupada Média (2020-2041)	19.224.858 m²	16.012.954 m²

<b>UGC</b>	<b>Cenários</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor em uso</b>	<b>Impairment</b>
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	Caso base	4.300.912	5.817.588	-
	Sensibilidade (a)	4.300.912	4.836.968	-
	Sensibilidade (b)	4.300.912	4.386.632	-

(a) Postergação de novas áreas por 3 anos e redução da ocupação média de 19.224.858 m² para 16.012.954 m²

(b) Postergação de novas áreas por 5 anos e redução da ocupação média de 19.224.858 m² para 16.012.954 m²

Adicionalmente ao procedimento realizado na UGC *Industrial Hub/T-Mult*, a Companhia testou individualmente da base de ativos existente em 31 de dezembro de 2019, e identificou a existência de itens que temporariamente não possuem expectativa de recuperabilidade. Para estes itens foi constituída provisão de recuperabilidade no valor de R\$90.687, conforme detalhamento do quadro abaixo.

Movimentação da provisão para recuperabilidade de ativos específicos.

	<b>Controladora</b>			
	<b>2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversão</b>	<b>2019</b>
Estoque de estacas prancha	-	56.363	-	56.363
Torres de transmissão (a)	-	14.450	-	14.450
Equipamentos elétricos (a)	-	19.874	-	19.874
	-	90.687	-	90.687

(a) Total de R\$ 32.324 conforme provisão para Impairment demonstrado na nota explicativa 16 – Propriedade para Investimento.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 18 Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Licença de uso de software	20	3.773	2.467	3.866	2.559
Implantação de sistemas		2.193	1.573	2.197	1.573
Outros		44	44	44	44
		<b>6.010</b>	<b>4.084</b>	<b>6.107</b>	<b>4.176</b>

### Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos bens intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* da UGC *Industrial Hub/T-Mult* mencionados na Nota explicativa nº 17 – Imobilizado.

## 19 Direito de Uso / Passivo de Arrendamento

A norma contábil IFRS 16 – Leases para arrendadores não altera substancialmente o que já era previsto anteriormente. A contabilidade do arrendador continua a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia possui contratos de cessão de direito real de superfície nos quais, se apresenta como arrendador pelo conceito do IFRS. Todas estas operações são enquadradas como arrendamento operacional pela norma contábil, não possuindo a Companhia nenhum arrendamento financeiro. Informações sobre a receita destas operações de arrendamento se encontram na Nota explicativa nº 27 – Receita Líquida, e seu gerenciamento de risco está descrito na Nota explicativa nº 33 – Instrumentos Financeiros.

No caso dos arrendatários, a IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor.

A Companhia optou por aplicar a abordagem retrospectiva modificada: em que o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos remanescentes e esperados até o final do arrendamento na data de aplicação inicial do IFRS 16, no caso em 01 de janeiro de 2019; e o ativo direito de uso mensurado, no caso da Companhia, é igual ao passivo de arrendamento nesta data de aplicação inicial. Houve a adoção de isenções permitidas na norma tais como: exclusão de aplicação da IFRS 16 para ativos subjacentes com baixo valor e contratos com prazo até 12 meses.

A movimentação em 2019 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora											
	Taxa Incremental (anual) %	Saldo em 01/01/2019	PIS/COFINS a recuperar	Adições	Baixa	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Eliminação	Saldo em 31/12/2019
<b>Ativos:</b>											
Imóveis		2.896	-	-	-	(965)	-	-	-	-	1.931
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.896</b>	-	-	-	<b>(965)</b>	-	-	-	-	<b>1.931</b>
<b>Passivos:</b>											
Imóveis		(1.123)	-	-	-	-	(1.123)	1.123	-	-	(1.123)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	10,60	253	-	-	-	-	161	-	(253)	-	161
<b>Passivo arrendamento CP</b>		<b>(870)</b>	-	-	-	-	<b>(962)</b>	<b>1.123</b>	<b>(253)</b>	-	<b>(962)</b>
Imóveis		(2.246)	-	-	-	-	1.123	-	-	-	(1.123)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	10,60	220	-	-	-	-	(161)	-	-	-	59
<b>Passivo arrendamento LP</b>		<b>(2.026)</b>	-	-	-	-	<b>962</b>	-	-	-	<b>(1.064)</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>(2.896)</b>	-	-	-	-	-	<b>1.123</b>	<b>(253)</b>	-	<b>(2.026)</b>
<b>Resultado</b>											
Amortização – Imóveis		-	-	-	-	965	-	-	-	-	965
Despesa de juros – Imóveis		-	-	-	-	-	-	-	253	-	253
<b>Resultado arrendamento</b>		-	-	-	-	<b>965</b>	-	-	<b>253</b>	-	<b>1.218</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado										
	Taxa Incremental (anual) %	Saldo em 01/01/2019	PIS/COFINS a recuperar	Adições	Baixa	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Eliminação	Saldo em 31/12/2019
<b>Ativos:</b>											
Imóveis		2.896	-	-	-	(965)	-	-	-	-	1.931
Terrenos (*)		12.621	-	-	-	(505)	-	-	-	(12.116)	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>15.517</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.470)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.116)</b>	<b>1.931</b>
<b>Passivos:</b>											
Imóveis		(1.123)	-	-	-	-	(1.123)	1.123	-	-	(1.123)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	10,60	253	-	-	-	-	161	-	(253)	-	161
Terrenos		(1.342)	-	-	-	-	(1.342)	1.342	-	1.342	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	10,12	1.216	-	-	-	-	1.203	-	(1.216)	(1.203)	-
<b>Passivo arrendamento CP</b>		<b>(996)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.101)</b>	<b>2.465</b>	<b>(1.469)</b>	<b>139</b>	<b>(962)</b>
Imóveis		(2.246)	-	-	-	-	1.123	-	-	-	(1.123)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	10,60	220	-	-	-	-	(161)	-	-	-	59
Terrenos		(32.212)	-	-	-	-	1.342	-	-	30.870	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	10,12	19.717	-	-	-	-	(1.203)	-	-	(18.514)	-
<b>Passivo arrendamento LP</b>		<b>(14.521)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.101</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.356</b>	<b>(1.064)</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>(15.517)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.465</b>	<b>(1.469)</b>	<b>12.495</b>	<b>(2.026)</b>
<b>Resultado</b>											
Amortização – Imóveis		-	-	-	-	965	-	-	-	-	965
Amortização – Terrenos		-	(47)	-	-	505	-	-	-	(458)	-
Despesa de juros – Imóveis		-	-	-	-	-	-	-	253	-	253
Despesa de juros – Terrenos		-	(79)	-	-	-	-	-	1.216	79	1.216
<b>Resultado arrendamento</b>		<b>-</b>	<b>(126)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.470</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.469</b>	<b>(379)</b>	<b>2.434</b>

(\*) Refere-se a contrato de cessão direito real de superfície em que a Porto do Açu cede terreno na área do Porto para a controlada Águas Industriais por 25 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 20 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	<b>Contas a receber</b>			
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Cientes - Cessão do direito real de superfície</b>				
NFX	1.930	989	1.930	989
UTE GNA I (a)	21.029	-	21.029	-
Açu Petróleo	78	-	78	-
Águas Industriais do Açu	112	-	-	-
	<b>23.149</b>	<b>989</b>	<b>23.037</b>	<b>989</b>
<b>Cientes – Serviços portuários</b>				
Açu Petróleo	120	-	120	-
	<b>120</b>	<b>-</b>	<b>120</b>	<b>-</b>
<b>Outros valores a receber - Notas de crédito</b>				
Consortio Dome Serviços Integrados	4.590	4.713	4.590	4.713
Gás Natural Açu	1.096	1.181	1.096	1.181
Açu Petróleo	82	2.106	82	2.106
Águas Industriais do Açu	337	32	-	-
Prumo Logística	969	-	969	-
Gás Natural Açu Infra	312	244	312	244
UTE GNA I	587	165	587	165
UTE GNA II	5	-	5	-
Ferroport	1	-	1	-
<b>Total outras contas a receber - curto prazo</b>	<b>7.979</b>	<b>8.441</b>	<b>7.642</b>	<b>8.409</b>
<b>Créditos a receber LP - Venda de ativos</b>				
Açu Petróleo Investimentos (b)	<b>582.696</b>	<b>531.951</b>	<b>582.696</b>	<b>531.951</b>

- (a) Em 31 de dezembro de 2019 a Porto do Açu reconheceu receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 377.991,75 m<sup>2</sup>, com a Empresa UTE GNA I referente a área onde estão sendo instaladas as usinas termoeletricas. A receita foi reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 06. O reconhecimento da receita linear deste referido contrato foi mensurado no valor total de R\$21.029 até 31 de dezembro de 2019 e o fluxo de pagamento para este contrato é de longo prazo a partir de janeiro de 2021.
- (b) Refere-se à transação de venda de ativos para a empresa Açu Petróleo Investimentos, controlada da empresa Prumo. Em 12 de outubro de 2018 foi amortizado R\$20.000 e em 21 de agosto de 2019 foi amortizado R\$10.000 da dívida. Os recebimentos da Porto do Açu estão vinculados ao fluxo de recebimento de dividendos da Açu Petróleo pela Açu Petróleo Investimentos. O saldo está sujeito à taxa média ponderada das projeções de IPCA, TJLP e SELIC, a partir do exercício de 2016 e seu prazo máximo para a quitação está vinculado à liquidação financeira do Contrato de Repasse de Recursos do BNDES assinado entre Porto do Açu e os Bancos Repassadores Bradesco e Santander em 10 de agosto de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Contas a pagar - Notas de débito</b>				
Prumo	2.506	1.048	2.516	1.062
Pedreira	-	154	-	-
Porto de Antuérpia	3.903	3.769	3.903	3.769
Águas Industriais do Açu	1.140	678	-	-
Açu Petróleo	-	971	-	971
<b>Total - curto prazo</b>	<b>7.549</b>	<b>6.620</b>	<b>6.419</b>	<b>5.802</b>
<b>Mútuo Prumo - Longo prazo (a)</b>	<b>-</b>	<b>509.580</b>	<b>-</b>	<b>509.580</b>

- (b) Em 2019 a Porto do Açu e sua controladora Prumo Logística reclassificou o saldo de R\$509.580 de mútuo para a adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”).

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Receitas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receitas de cessão do direito real de superfície</b>				
NFX	19.370	11.767	19.370	11.767
UTE GNA I	21.029	-	21.029	-
Águas Industriais	1.911	-	-	-
Ferroport	-	-	-	305
	<b>42.310</b>	<b>11.767</b>	<b>40.399</b>	<b>12.072</b>
<b>Receita de Serviços</b>				
Açu Petróleo - Subcontratação (*)	-	48.463	-	48.463
UTE GNA I - Serviços portuários	733	-	733	-
Açu Petróleo - Serviços portuários	214	-	214	-
Dome - Serviços portuários	61	-	61	-
NFX - Serviços portuários	11	-	11	-
<b>Atualização monetária - Venda de ativos</b>				
Açu Petróleo Investimentos	60.746	56.798	60.746	56.798
	<b>104.075</b>	<b>117.028</b>	<b>102.164</b>	<b>117.333</b>

	Custos/Despesas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Despesas:</b>				
Porto de Antuérpia – Consultoria	(11.131)	(7.898)	(11.131)	(7.898)
<b>Custos:</b>				
Açu Petróleo - Serviços portuários (Subcontratação) (*)	-	(48.463)	-	(48.463)
Águas Industriais - Fornecimento de água	(643)	(383)	-	-
	<b>(11.774)</b>	<b>(56.744)</b>	<b>(11.131)</b>	<b>(56.361)</b>

(\*) Contrato para a operação de transbordo de petróleo firmado entre, Porto do Açu, Açu Petróleo e BG E&P Brasil Ltda. (“Shell”) entre junho de 2015 a maio de 2018 até cessão da transferência de todas as licenças e autorizações relacionadas à operação desse terminal pela Açu Petróleo, controlada da empresa Prumo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
<b>Diretores</b>		
Salários	1.784	1.183
Pró-labore	3.014	1.999
Bônus	4.342	2.479
Benefícios e Encargos	2.200	1.301
	<b>11.340</b>	<b>6.962</b>

## 21 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					2018
	2019					
	Vencimento	Taxas em %	Principal	Juros e atualização	Total	
Instituições						
BNDES (Repassadores) (i)	15/09/2033	Selic + 4,96%	1.107.360	20.611	1.127.971	1.031.767
BNDES (Repassadores) (ii)	15/09/2033	TJLP + 4,70%	2.430.728	92.535	2.523.263	2.310.949
(-) Custo de transação (i) e (ii)	-	-	(227.410)	-	(227.410)	(241.272)
Debêntures (iii)	15/09/2033	IPCA + 6,97% a.a.	1.677.439	4.492	1.681.931	1.610.707
(-) Custo de transação (iii)	-	-	(7.023)	-	(7.023)	(6.787)
Terex (iv)	23/08/2020	Euro + 4,10% a.a.	2.533	38	2.571	4.399
			<b>4.983.627</b>	<b>117.676</b>	<b>5.101.303</b>	<b>4.709.763</b>
Circulante			469.610	38	469.648	304.878
Não circulante			4.514.017	117.638	4.631.655	4.404.885

(i) e (ii) Conforme previsto no Contrato de Repasse, em 15 de agosto de 2019, a Porto do Açu realizou o pagamento de amortização parcial antecipada no valor de R\$57.818. Em 12 de setembro de 2019, o BNDES assinou uma autorização para suspensão temporária de até quatro prestações (setembro a dezembro de 2019) de principal e juros da dívida durante a fase de negociação do reperfilamento, assim como a interrupção da cláusula de covenants divulgado no standstill.

(iii) Conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures, em 15 de agosto de 2019, a Porto do Açu realizou o pagamento de amortização parcial antecipada no valor de R\$22.380 e, em 15 de setembro de 2019, a Companhia iniciou os pagamentos mensais de principal e juros.

(iv) Em agosto de 2019, a Companhia realizou o pagamento de R\$1.310 referente a oitava parcela (de um total de dez parcelas) relacionado ao contrato com a Terex.

Durante o ano de 2019, a Companhia iniciou o processo de negociação para um reperfilamento de dívida junto aos credores (Bradesco, Santander e FI-FGTS) que foi concluído no início de 2020 (veja nota explicativa 35 – evento subsequente).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da Porto do Aço**

A Prumo Logística S.A. é interveniente garantidora, enquanto a EIG LLX Holdings S.A R.L, a EIG Enegy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC são intervenientes anuentes, para os seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Aço:

Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, no montante de R\$3.651.234 em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.342.716 em 31 de dezembro de 2018); e

Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R\$1.681.931 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.610.707 em 31 de dezembro de 2018), sendo todo o crédito suportado pela fiança da Prumo, além de pacote de garantias elencadas a seguir.

### **Garantias prestadas**

As garantias prestadas em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander ("Repassadores"), são as seguintes:

- (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara;
- (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo;
- (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Aço;
- (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos;
- (v) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças;
- (vi) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis;
- (vii) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas;
- (viii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios;
- (ix) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio);
- (x) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara);
- (xi) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC; e
- (xii) Commitment for Additional Funding (Compromisso para Financiamento Adicional).

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Aço, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador e principal pagador de todas as obrigações contraídas pelo Porto do Aço. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nos documentos de financiamento acima citados.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A totalidade dos ativos e direitos acima elencados garantem 100% do Contrato de Repasse e da Escritura de Emissão de Debêntures.

Os bancos repassadores e debenturistas nomearam o Oliveira Trust Servicer S.A. para atuar como agente de garantia dos contratos de financiamento.

Importante ressaltar que para desenvolvimento dos projetos GNA I e GNA II, a Porto do Açu celebrou: (a) o Instrumento Particular de Futura Concessão de Direito Real de Superfície e Uso de Infraestrutura Geral, em 2 de maio de 2018, com a GNA Infra, a UTE GNA I, UTE GNA II e a GNA; (b) o Contrato de Cessão de Uso Onerosa, em 2 de maio de 2018, com a UTE GNA I e a GNA, com relação ao direito de uso do molhe norte; e (c) o Contrato de Infraestrutura Acessória, em 3 de julho de 2019, com a UTE GNA I, a GNA e a GNA Infra, com relação aos direitos para construção e uso de Infraestrutura Acessória e a Área de Infraestrutura Acessória.

Além disso, a Porto do Açu detém a propriedade de uma linha de transmissão de 345kV, de aproximadamente 50 km (cinquenta quilômetros) que conecta o Porto do Açu à rede elétrica nacional, através da subestação Furnas. A Linha de Transmissão é a conexão física que a usina termelétrica da UTE GNA I precisará para despachar sua produção.

Neste sentido, os Repassadores e os Debenturistas aprovaram a desconstituição da alienação fiduciária existente sobre os ativos que compõem a Linha de Transmissão e aprovaram a constituição de uma alienação fiduciária pela Porto do Açu sobre os ativos que compõem a Linha de Transmissão em favor dos credores do Financiamento UTE GNA I, e, ainda, a futura doação direta da Linha de Transmissão à Furnas, na qualidade de operador local em cumprimento de norma regulatória.

Com relação as garantias dadas à Terex MHPS GmbH pelo financiamento do guindaste, a operação é assegurada pela Euler Hermes, uma Agência de Crédito à Exportação alemã voltada para crédito de exportação. Além disso, o contrato de compra e venda do equipamento prevê que a transferência da propriedade à Porto do Açu somente será efetuada após integral pagamento do equipamento.

### **Cláusulas restritivas (covenants)**

O contrato de debêntures e os empréstimos com o BNDES estão sujeitos às seguintes cláusulas de *covenants* financeiros a partir das DFs anuais consolidadas:

(i) Dívida líquida/EBITDA

<b>Dívida líquida / EBITDA</b>	
2020	< 5,0 x
2021	< 4,0 x
2022	< 3,0 x
A partir de 2023	< 2,0 x

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Dívida líquida é definida como sendo o somatório da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Porto do Açúcar que venha a ser criada, deduzindo-se o caixa e equivalente de caixa e títulos e os valores mobiliários, constantes das demonstrações financeiras consolidadas da Porto do Açúcar. EBITDA é definido como lucro antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, depreciação e amortização.

(ii) EBITDA/Despesa financeira

**EBITDA / Despesa financeira líquida**

Entre 2019 e 2020	> 1,5 x
Entre 2021 e 2022	> 3,0 x
A partir de 2023	> 3,5 x

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (a) entre 2020 e 2021 superior a 1,2x; e (b) a partir de 2022, superior a 1,3x ("ICSD Mínimo"), conforme fórmula a seguir:

ICSD Mínimo = Caixa Disponível para o Serviço da Dívida (EBITDA-Capital de Giro-Tributos-Capex de manutenção) / Serviço das Dívidas (Amortização+Pagamento de Juros de quaisquer dívidas da Emissora).

A partir de 2020, manter índice "Patrimônio Líquido sobre Ativo Total" superior a 0,15, comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas e parecer expresso de empresa independente registrada na CVM, no período de 12 (doze) meses anteriores à apuração acima referida.

**Eventos de vencimento antecipado automático e não automático**

Os contratos possuem cláusulas estabelecendo obrigações pecuniárias e não pecuniárias para a beneficiária e seus intervenientes garantidores. Como consequência do descumprimento dessas obrigações, os contratos dividem os eventos de vencimento antecipado em automático e não automático.

Neste sentido, em 31/12/2019, a Companhia estava em negociações avançadas, inclusive com aprovações de comitês intermediários, com os bancos credores para a flexibilização das seguintes obrigações não pecuniárias:

- Utilização do Subcrédito "C" (waiver BNDES e Repassadores);
- Autorização para utilização de recursos depositados na conta outras despesas para pagamento de despesas operacionais e SG&A do Projeto;
- Não preenchimento das contas reserva do serviço da dívida com os saldos mínimos exigidos; e
- Transferências para a Açúcar Petróleo das licenças e autorizações relativas ao projeto T-Oil que estejam em nome da PdA.
- Garantia BG

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Além disso, diante da entrega tempestiva de todos os documentos e confirmações pela Companhia aos credores, a Companhia requereu a confirmação do atingimento da conclusão física e legal do Projeto.

A Companhia ressalta que todas as obrigações pecuniárias foram cumpridas. Cabe reforçar que, conforme estabelecido nos contratos financeiros, o evento de inadimplemento vinculado às obrigações elencadas acima está tipificado como não automático, ou seja, só podendo ser chamado pelos credores se não sanado pela Companhia, após um prazo de 10 (dez) dias contados do conhecimento do inadimplemento pela Companhia.

Assim, a Companhia confirma que nunca recebeu uma notificação de inadimplemento pelos credores, tanto que em 31 /01/2020, no âmbito do reperfilamento da dívida de longo prazo, todas flexibilizações solicitadas acima foram tratadas nos documentos finais por meio de “considerandos”, exceto pela transferências para a Açu Petróleo das licenças e autorizações relativas ao projeto T-Oil que foram refletidas em uma cláusula específica, com referência a um anexo, no caso do Repasse, e com referência à AGD, no caso da Escritura.

(iii) Obrigações adicionais do Interveniente Garantidor e do Emissor

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuos dentro do limite de R\$4.000 anuais. O Interveniente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

**Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento**

	Controladora / Consolidado							
	2018	Fluxo de Caixa			Efeito não Caixa			2019
		Captação / (Liquidação)	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação		
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	<b>4.709.763</b>	(112.169)	(50.260)	(4.341)	540.344	17.966	5.101.303	
	<b>4.709.763</b>	<b>(112.169)</b>	<b>(50.260)</b>	<b>(4.341)</b>	<b>540.344</b>	<b>17.966</b>	<b>5.101.303</b>	

(\*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 22 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ISS	429	492	429	493
IPTU	9.379	-	9.379	-
PIS/COFINS	114	-	115	59
ICMS	23	31	27	39
IRRF	788	874	794	879
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	300	434	302	434
Imposto de renda e contribuição social (“IRPJ e CSL”)	-	-	618	1.436
INSS retido de terceiros	90	234	90	235
	<b>11.123</b>	<b>2.065</b>	<b>11.754</b>	<b>3.575</b>
Circulante	2.253	2.065	2.884	3.575
Não circulante	8.870	-	8.870	-

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(490.012)	(359.138)	(518.827)	(357.650)
Prejuízo das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	-	-	29.328	(374)
<b>Prejuízo líquido ajustado</b>	<b>(490.012)</b>	<b>(359.138)</b>	<b>(489.499)</b>	<b>(358.024)</b>
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	166.604	122.107	166.430	121.728
<b>Ajustes para derivar a alíquota efetiva</b>				
Diferenças permanentes	15.276	(182.686)	14.919	(183.690)
Créditos fiscais não reconhecidos – Prejuízo fiscal e base negativa	(179.542)	(120.817)	(179.658)	(120.919)
<b>Total do imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>2.338</b>	<b>(181.396)</b>	<b>1.691</b>	<b>(182.881)</b>
Alíquota efetiva	<b>(0,48) %</b>	<b>50,51 %</b>	<b>(0,35) %</b>	<b>51,08 %</b>
IR e CSL Corrente	-	-	(667)	(1.515)
IR e CSL Diferido	2.338	(181.396)	2.358	(181.366)
<b>Total do imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>2.338</b>	<b>(181.396)</b>	<b>1.691</b>	<b>(182.881)</b>

- (a) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Porto do Açu baixou provisão para perda de créditos fiscais o montante de R\$175.465, referentes ao imposto diferido ativo apurado no exercício. Para demais exercícios, a Administração irá revisar a recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e, se for o caso, reverter a provisão ou reduzi-la na medida em que a sua realização for provável.

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 23 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Porto do Açu	41.235	32.878	41.235	32.880
SNF	-	-	234	53
Reserva Caruara	-	-	179	90
Águas Industriais	-	-	65	85
Outros	-	-	30	-
	<b>41.235</b>	<b>32.878</b>	<b>41.743</b>	<b>33.108</b>
Circulante	29.079	32.878	29.587	33.108
Não circulante	12.156	-	12.156	-

Em 31 de dezembro de 2019 o acréscimo no saldo de fornecedores nacionais deve-se basicamente pelos gastos dos serviços relacionados a obra de dragagem, fornecimento de combustível marítimo, gerenciamento de obra, serviço de segurança patrimonial, tecnologia da informação e retenções contratual de fornecedores relacionados a serviço de transporte.

## 24 Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Edison Chouest (*)	22.667	24.622	22.667	24.622
Outros	-	-	-	1
	<b>22.667</b>	<b>24.622</b>	<b>22.667</b>	<b>24.623</b>
Circulante	2.391	2.362	2.391	2.363
Não Circulante	20.276	22.260	20.276	22.260

(\*) Valores adiantados apropriados linearmente ao resultado de acordo com contrato.

## 25 Provisão para contingências

### a. Perdas prováveis, provisionadas em nosso balanço

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas são alvo de processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos conforme tabela demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora / Consolidado			2019
	2018	Adições	Provisão (Reversão)	
Trabalhistas (a)	866	-	279	1.145
Fiscal (b)	3.884	-	(3.884)	-
Cível (c)	4.000	511	-	4.511
	<b>8.750</b>	<b>1.310</b>	<b>(3.605)</b>	<b>5.656</b>

	Controladora / Consolidado			2018
	2017	Adições	Provisão (Reversão)	
Trabalhistas	321	-	545	866
Fiscal	-	3.884	-	3.884
Cível	-	4.000	-	4.000
	<b>321</b>	<b>7.884</b>	<b>545</b>	<b>8.750</b>

- (a) Ações Trabalhistas: Diversas reclamações trabalhistas;
- (b) Ações Fiscais: Processo administrativo contra a Prefeitura Municipal de São João da Barra ("PMSJB") relativo ao correto lançamento da cobrança do IPTU do ano de 2018: Em 2019 foi realizado reversão da provisão sendo: R\$(2.490) referente a inscrição nº 67.943 efetuado acordo de parcelamento com a PMSJB e R\$(575) de outras inscrições que ainda aguardam a decisão do processo administrativo e foi reclassificada para impostos a recolher e R\$(819) referente a provisão da taxa de ocupação devida à Secretaria de Patrimônio da União de 2018 reclassificada para outras obrigações com terceiros.
- (c) Ações Cíveis: o montante de R\$4.000 refere-se ao processo de arbitragem relacionado ao pleito do fornecedor Prática Engenharia, R\$491 refere-se à provisão de pagamento complementar de terrenos. Sobre este pagamento complementar, informamos que, no ano de 2010, a Companhia celebrou com a CODIN Promessas de Compra e Venda ("PCV") de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, na qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos atualmente em trâmite perante o Poder Judiciário e R\$20 outros.

## b. Perdas possíveis, não provisionadas em nosso balanço

A Companhia e suas controladas tem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2019	2018
Fiscais	15.812	7.351
Trabalhistas	11.794	6.854
Cíveis	30.693	13.459
	<b>58.299</b>	<b>27.664</b>

Em 31 de dezembro de 2019, os principais processos de perdas possíveis para a Companhia são os que seguem:



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**Processos trabalhistas:** as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas “intineres”, pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas com um montante aproximado de R\$11.794.

**Processos fiscais:** os processos mais significativos estão relacionados aos questionamentos de autoridades tributárias brasileiras sobre a cobrança de adicional de Imposto Territorial Rural (“ITR”) na área da Porto do Açú e sua subsidiária Fazenda Caruara totalizando um montante aproximado de R\$15.812.

**Processos cíveis:**

- (a) trata-se de demandas judiciais que se referem a ações de indenizações e cobranças no contexto de contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços e etc., que somam um montante total de aproximadamente R\$12.288. Há ainda ações relacionadas à posse de áreas localizadas em São João da Barra/RJ, em um montante total de aproximadamente R\$880.
- (b) Processos de desapropriação: No ano de 2010, a Companhia celebrou com a CODIN Promessas de Compra e Venda de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, na qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos atualmente em trâmite perante o Poder Judiciário.

Nos referidos processos de desapropriação são discutidos exclusivamente os valores indenizatórios devidos, que podem ser majorados em relação àqueles inicialmente ofertados pela CODIN.

Os valores depositados inicialmente pela CODIN, despendidos pela Companhia quando do ajuizamento dos processos de desapropriação, na forma da PCV, já asseguram sua proteção financeira. Entretanto, os consultores jurídicos e a Administração da Companhia entendem que, mesmo mantido o prognóstico de perda possível, é necessário apontar os valores correspondentes à diferença entre os mencionados depósitos iniciais e os valores definidos pelo Poder Judiciário em 1ª instância.

Em 31 de dezembro de 2019, a diferença entre os depósitos iniciais das ações de desapropriação e os valores definidos pelo Poder Judiciário em 1ª instância totaliza R\$12.611.

**Processos ambientais:** trata-se de ações civis públicas ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais na construção do empreendimento Porto do Açú. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 26 Patrimônio líquido

### a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

Acionistas	2019		2018	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
Prumo Logística S.A.	2.036.821	97,67	2.036.821	98,82
Port of Antwerp International N.V.	48.527	2,33	24.232	1,18
	<b>2.085.348</b>	<b>100,00</b>	<b>2.061.053</b>	<b>100,00</b>

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 8 de fevereiro de 2019, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, pela Port of Antwerp International N.V., mediante a emissão de 24.295 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,48 por ação. Do valor total do preço de emissão, R\$24.295 são destinados à conta do capital social da Companhia e R\$12.058 são destinados a reserva de capital da Companhia.

### b. Adiantamento para futuro aumento de capital

A controladora Prumo realizou, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), aportes até 31 de dezembro de 2019 no montante total de R\$589.580, sendo R\$509.580 reclassificado de mútuo para AFAC. Tais aportes são irrevogáveis e irretiráveis, e conversíveis na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal.

### c. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no exercício tendo em vista o prejuízo apurado.

## 27 Receita líquida

Os principais contratos da Companhia estão relacionados ao aluguel da retroárea e serviços portuários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os efeitos da adoção do CPC 47/IFRS 15 sobre as receitas de contratos com clientes do Grupo não foram relevantes conforme descrito na Nota explicativa 4 - Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores sujeitos a variações na taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receita bruta</b>				
Cessão direito real de superfície	169.579	130.072	167.814	130.377
Serviços de transbordo de petróleo (*)	-	48.463	-	48.463
Serviços portuários	69.287	68.075	69.287	68.075
Serviço de transporte	-	33.730	-	33.730
Fornecimento de água	-	-	5.862	5.856
Comissões sobre faturamento de terceiros	-	1.148	-	1.148
Pátio de triagem	-	500	-	500
Serviços ambientais	-	-	333	42
<b>Total receita bruta</b>	<b>238.866</b>	<b>281.988</b>	<b>243.296</b>	<b>288.191</b>
Imposto sobre receita (PIS/COFINS/ISS/ICMS)	(23.882)	(33.746)	(23.917)	(34.337)
<b>Receita líquida</b>	<b>214.984</b>	<b>248.242</b>	<b>219.379</b>	<b>253.854</b>

(\*) Contrato para a operação de transbordo de petróleo firmado entre, Porto do Açu, Açu Petróleo e BG E&P Brasil Ltda. ("Shell") entre junho de 2015 a maio de 2018 até cessão da transferência de todas as licenças e autorizações relacionadas à operação desse terminal pela Açu Petróleo, controlada da empresa Prumo.

Os ativos de contratos relacionam-se principalmente aos direitos da Companhia e de suas controladas pela contraprestação do trabalho concluído. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

## 28 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários e encargos	(18.248)	(19.150)	(18.905)	(19.729)
Serviços de terceiros	(18.114)	(47.175)	(18.465)	(47.438)
Aluguéis e arrendamentos	(1.247)	(1.803)	(1.270)	(1.826)
Depreciação e amortização	(107.827)	(107.328)	(107.864)	(107.335)
Seguros diversos	(3.521)	(5.578)	(3.546)	(5.590)
Serviços portuários	(799)	(44.770)	(799)	(44.770)
Custos diversos	(4.524)	(4.947)	(3.316)	(5.038)
	<b>(154.280)</b>	<b>(230.751)</b>	<b>(154.165)</b>	<b>(231.726)</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 29 Despesas gerais e administrativas

A Companhia apresenta as despesas gerais administrativas por natureza, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários e encargos	(45.322)	(37.098)	(45.770)	(37.192)
Honorários da Administração ( <i>stock options</i> )	-	(46)	-	(46)
Serviços de terceiros	(19.730)	(18.453)	(19.901)	(18.688)
Material de consumo	(381)	(193)	(381)	(193)
Viagens e estadias	(1.695)	(1.542)	(1.695)	(1.542)
Impostos e taxas	(10.377)	(778)	(10.810)	(1.172)
Depreciação e amortização	(7.383)	(7.922)	(1.314)	(1.853)
Provisão de contingências	1.965	(8.428)	1.965	(8.428)
Aluguéis e Arrendamentos	(900)	(311)	(900)	(311)
Amortização direito de arrendamento (Nota19)	(965)	-	(965)	-
Representações e eventos	(556)	(739)	(556)	(739)
Despesas diversas	(5.005)	(2.991)	(6.152)	(3.045)
	<b>(91.349)</b>	<b>(78.501)</b>	<b>(86.479)</b>	<b>(73.209)</b>

## 30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Despesas financeiras</b>				
Despesas bancárias	(305)	(423)	(307)	(434)
IOF	(98)	(175)	(99)	(175)
Corretagem e comissões	(18.344)	(17.504)	(18.344)	(17.504)
Juros sobre empréstimos (*)	(413.811)	(372.432)	(413.811)	(372.432)
Despesas de arrendamento (Vide Nota19)	(253)	-	(1.469)	-
Atualização monetária (**)	(126.387)	(134.164)	(126.387)	(134.164)
Varição Monetária e Cambial	(8.908)	(661)	(8.908)	(661)
Outras despesas financeiras	(4.028)	(3.015)	(4.820)	(3.076)
	<b>(572.134)</b>	<b>(528.374)</b>	<b>(574.145)</b>	<b>(528.446)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre aplicações financeiras	2.897	2.477	3.546	3.132
Juros ativos	(361)	1.778	(343)	1.802
Atualização monetária - partes relacionadas	60.746	56.798	60.746	56.798
Outras receitas financeiras	131	2.573	131	2.573
	<b>63.413</b>	<b>63.626</b>	<b>64.080</b>	<b>64.305</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(508.721)</b>	<b>(464.748)</b>	<b>(510.065)</b>	<b>(464.141)</b>

(\*) Juros sobre empréstimos de R\$(299.791) com BNDES, R\$(113.842) sobre debêntures e R\$(178) outros;

(\*\*) Atualização monetária de R\$(66.546) sobre empréstimo com BNDES e R\$(59.415) sobre debêntures e R\$(426) outros.

## 31 Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Porto do Açu utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos relatáveis.

### **Segmento Administração de Retroárea (*Industrial Hub & T-Mult*)**

Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do Porto do Açu para diversos empreendimentos industriais, principalmente para empresas ligadas ao setor petrolífero. O Porto do Açu compreende 13.000 hectares, dos quais 441 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas do segmento de Óleo e Gás.

A operação no *T-Mult*, localizado no T2 e incluído neste segmento, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem no porto e transporte rodoviário de diversos produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e de outras cargas, bem como à atracação de plataformas de petróleo.

### **Fornecimento de Água**

Fornecimento de água para fins industriais aos clientes instalados no Complexo Industrial do Porto do Açu.

### **Outros**

Refere-se às demais empresas controladas pela Porto do Açu, incluindo empresas operacionais e não operacionais, são elas: Pedreira Sapucaia, G3X, GSA, Reserva Ambiental Caruara e SNF.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado por segmento - exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

31 de dezembro de 2019					
	<i>Industrial Hub &amp; T-Mult</i>	<i>Fornecimento de Água</i>	<i>Outros</i>	<i>Ajustes e eliminações</i>	<i>Consolidado</i>
Receita de aluguel e prestação de serviços	214.984	5.746	454	(1.805)	219.379
Custo dos serviços prestados	(154.280)	(2.019)	(52)	2.185	(154.166)
<b>Resultado bruto</b>	<b>60.704</b>	<b>3.727</b>	<b>402</b>	<b>380</b>	<b>65.213</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Administrativas e gerais	(91.349)	(551)	(649)	6.070	(86.479)
Reversão (Provisão) ao valor recuperável de ativos ("impairment")	3.609	-	-	(35.912)	(32.303)
Provisão para perda – Depósitos restituíveis	43.555	-	-	-	43.555
Provisão para perda sobre recebíveis	157	(40)	-	-	117
Outras despesas e receitas	1.864	58	(787)	-	1.135
Resultado de equivalência patrimonial	169	-	(44)	(125)	-
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>18.709</b>	<b>3.194</b>	<b>(1.078)</b>	<b>(29.587)</b>	<b>(8.762)</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	63.413	87	580	-	64.080
Despesas financeiras	(572.134)	(2.018)	(39)	46	(574.145)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(508.721)</b>	<b>1.931</b>	<b>541</b>	<b>46</b>	<b>(510.065)</b>
IR e CSLL corrente	-	(569)	(98)	-	(667)
IR e CSLL diferido	2.338	20	-	-	2.358
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(487.674)</b>	<b>714</b>	<b>(635)</b>	<b>(29.541)</b>	<b>(517.136)</b>

31 de dezembro de 2018					
	<i>Industrial Hub &amp; T-Mult</i>	<i>Fornecimento de Água</i>	<i>Outros</i>	<i>Ajustes e eliminações</i>	<i>Consolidado</i>
Receita de aluguel e prestação de serviços	248.242	5.662	333	(383)	253.854
Custo dos serviços prestados	(230.751)	(1.331)	-	356	(231.726)
<b>Resultado bruto</b>	<b>17.491</b>	<b>4.331</b>	<b>333</b>	<b>(27)</b>	<b>22.128</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Administrativas e gerais	(78.501)	(151)	(654)	6.097	(73.209)
Reversão (Provisão) ao valor recuperável de ativos ("impairment")	162.940	-	-	(6.070)	156.870
Provisão para perda sobre recebíveis	(866)	(52)	-	-	(918)
Outras despesas e receitas	1.612	8	-	-	1.620
Resultado de equivalência patrimonial	2.934	-	(100)	(2.834)	-
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>105.610</b>	<b>4.136</b>	<b>(421)</b>	<b>(2.834)</b>	<b>106.491</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	63.626	-	679	-	64.305
Despesas financeiras	(528.374)	(32)	(40)	-	(528.446)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(464.748)</b>	<b>(32)</b>	<b>639</b>	<b>-</b>	<b>(464.141)</b>
IR e CSLL corrente	-	(1.414)	(101)	-	(1.515)
IR e CSLL diferido	(181.396)	31	-	-	(181.365)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(540.534)</b>	<b>2.721</b>	<b>117</b>	<b>(2.834)</b>	<b>(540.530)</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31 de dezembro de 2019				Consolidado
	Industrial Hub & T-Mult	Fornecimento de Água	Outros	Ajustes e eliminações	
<b>Ativo</b>					
Ativo circulante	68.048	9.955	4.600	(1.789)	80.814
Ativo realizável à longo prazo	1.521.870	51	-	-	1.521.921
Investimentos	103.403	-	116	(103.519)	-
Propriedades para investimentos	441.029	-	79.864	-	520.893
Imobilizado	3.023.006	2.218	9.702	(835)	3.034.090
Intangível	6.010	21	76	-	6.107
Diferido	29.843	-	-	(29.843)	-
Direito de arrendamento	1.931	12.116	-	(12.116)	1.931
<b>Total do ativo</b>	<b>5.195.140</b>	<b>24.360</b>	<b>94.358</b>	<b>(148.102)</b>	<b>5.165.756</b>
<b>Passivo</b>					
Passivo circulante	530.408	1.548	518	(1.933)	530.541
Passivo não circulante	4.701.885	12.357	482	(13.065)	4.701.659
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(37.153)</b>	<b>10.456</b>	<b>93.358</b>	<b>(133.276)</b>	<b>(66.615)</b>
Acionista minoritário	-	-	-	171	171
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.195.140</b>	<b>24.361</b>	<b>94.358</b>	<b>(148.103)</b>	<b>5.165.756</b>

	31 de dezembro de 2018				Consolidado
	Industrial Hub & T-Mult	Fornecimento de Água	Outros	Ajustes e eliminações	
<b>Ativo</b>					
Ativo circulante	117.685	11.251	12.204	(1.597)	139.543
Ativo realizável à longo prazo	1.415.184	32	-	(1)	1.415.215
Investimentos	110.705	-	130	(110.835)	-
Propriedades para investimentos	475.086	-	79.864	-	554.950
Imobilizado	3.032.334	1.673	9.706	(835)	3.042.878
Intangível	4.084	17	75	-	4.176
Direito de arrendamento	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>5.155.078</b>	<b>12.973</b>	<b>101.979</b>	<b>(113.268)</b>	<b>5.156.762</b>
<b>Passivo</b>					
Passivo circulante	365.135	2.365	261	(1.597)	366.164
Passivo não circulante	4.965.355	-	484	-	4.965.839
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(175.412)</b>	<b>10.608</b>	<b>101.234</b>	<b>(111.842)</b>	<b>(175.412)</b>
Acionista minoritário	-	-	-	171	171
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.155.078</b>	<b>12.973</b>	<b>101.979</b>	<b>(113.268)</b>	<b>5.156.762</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 32 Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de compras futuras no valor de R\$170.992 (R\$302.377 em 31 de dezembro de 2018), que deverão ser cumpridos conforme acordado em contrato.

	Consolidado	
	2019	2018
Porto do Aço	168.104	299.147
Águas Industriais	150	2.817
Reserva Ambiental Caruara	226	211
Outros	2.512	202
	<b>170.992</b>	<b>302.377</b>

### 33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados:

	2019			2018		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado
<b>Ativos</b>						
Caixa e bancos	3.398	-	-	1.435	-	-
Aplicações financeiras	26.358	-	-	61.339	-	-
Títulos e valores mobiliários	3.431	-	-	11.317	-	-
Caixa restrito (*)	5.668	-	-	-	-	-
Clientes	100.871	-	-	90.787	-	-
Depósitos bancários vinculados	4.735	-	-	4.787	-	-
Depósitos restituíveis	52.491	-	-	18.175	-	-
Outros valores a receber	7.642	-	-	8.409	-	-
Créditos a receber	582.696	-	-	582.696	-	-
Debêntures	659.393	-	-	659.393	-	-
Créditos com terceiros	80.199	-	-	80.201	-	-
	<b>1.526.882</b>	-	-	<b>1.518.539</b>	-	-
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	41.743	-	-	33.108	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.101.303	-	-	4.709.763	-	-
Passivo de arrendamento	2.026	-	-	1.947	-	-
Outros passivos financeiros	6.419	-	-	515.382	-	-
Adiantamentos de clientes	22.667	-	-	24.623	-	-
Obrigações com terceiros	21.498	-	-	19.880	-	-
Passivo de arrendamentos	1.947	-	-	-	-	-
	<b>5.197.603</b>	-	-	<b>5.304.703</b>	-	-

(\*) O contrato de financiamento com BNDES prevê a retenção em garantia de 55% dos recebíveis na controladora conforme cláusula contratual e demonstrado na nota explicativa nº6 item c – caixa restrito.

	2019			2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Passivos</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	5.101.303	-	-	4.709.763	-
	-	<b>5.101.303</b>	-	-	<b>4.709.763</b>	-

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo exercício.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, são de R\$5.218.060 em 31 de dezembro de 2019 (R\$4.918.763 em 31 de dezembro de 2018), mantendo o próprio custo da dívida atual, pois não há base de comparação no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Uma parte significativa desse valor consiste em contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos com BNDES, FI-FGTS e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento deles, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

### **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos**

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não detinham contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

### ***Riscos de Mercado***

#### *(iv) Risco cambial*

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas pela Companhia, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(v) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 21 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligado ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, 99,9% do endividamento da Companhia estava associado aos índices de moedas locais, sendo 32,3% corrigidos pelo IPCA, 46,8% pela TJLP e 20,9% pela Selic.

Com relação às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açu são corrigidas pelo IGP-M. Os recursos financeiros estão aplicados em um fundo exclusivo da Prumo, no banco Bradesco, com política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, com indexação a CDI e com previsão de liquidez diária.

Com relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TJLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo do Grupo Porto do Açu e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhões de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%.

<b>Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Cenário Base</b>		<b>Cenário I - Alta de 25%</b>		<b>Cenário II - Alta de 50%</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
BNDES (Selic e TJLP)	6.437.521	7.423.501	1.259.458	1.598.126	2.534.443	3.244.926
Debêntures (IPCA)	3.667.440	2.085.440	916.861	522.597	1.833.721	1.045.194
<b>Total</b>	<b>10.104.961</b>	<b>9.508.941</b>	<b>2.176.319</b>	<b>2.120.723</b>	<b>4.368.164</b>	<b>4.290.120</b>

**Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes**

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigida pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2027, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe a neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, minimizando o risco em questão.

### **Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional ou internacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada recebível com base na condição financeira de cada contraparte. A avaliação de crédito foi criada utilizando-se de premissas e dados históricos das principais agências de risco e bureau de crédito. As taxas de perdas são calculadas via uma matriz de multiplicação entre a taxa de perda de crédito esperada de cada recebível e o seu nível de inadimplemento na carteira e por meio do uso do método de rolagem, a probabilidade de receber avança por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

### **Risco de Liquidez**

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes, não descontados a valor presente, em 31 de dezembro de 2019. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	41.743	-	-	-	-	<b>41.743</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	498.883	349.132	695.640	2.114.401	6.172.909	<b>9.830.965</b>
Passivo de arrendamento	-	2.026	-	-	-	<b>2.026</b>
Outros passivos financeiros	-	6.419	-	-	-	<b>6.419</b>
Adiantamentos de clientes	-	2.391	20.276	-	-	<b>22.667</b>
Obrigações com terceiros	-	-	21.498	-	-	<b>21.498</b>
<b>Total por faixa de prazo</b>	<b>540.626</b>	<b>359.968</b>	<b>737.414</b>	<b>2.114.401</b>	<b>6.172.909</b>	<b>9.925.318</b>

(\*) O IPCA projetado para o risco de liquidez foi atualizado de 6%a.a. para 4,5%a.a. a partir das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2018. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	33.108	-	-	-	-	<b>33.108</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.343	308.740	701.781	2.168.421	7.651.067	<b>10.831.352</b>
Outros passivos financeiros	-	5.802	509.580	-	-	<b>515.382</b>
Adiantamentos de clientes	-	2.363	22.260	-	-	<b>24.623</b>
Obrigações com terceiros	-	-	19.880	-	-	<b>19.880</b>
<b>Total por faixa de prazo</b>	<b>34.451</b>	<b>316.905</b>	<b>1.253.501</b>	<b>2.168.421</b>	<b>7.651.067</b>	<b>11.424.345</b>

## 34 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as coberturas de seguros são as seguintes:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Riscos operacionais		
Danos materiais	69.344	325.483
Responsabilidade Civil e por Danos Ambientais	306.321	485.067
Lucros cessantes	206.150	208.464
	<b>581.815</b>	<b>1.019.014</b>

## 35 Eventos subsequentes

### Renegociação da Dívida

A Porto do Açu iniciou em 2019 o processo de negociação da dívida de longo prazo fechada em 2015 com os Bancos Repassadores (Bradesco e Santander) e com os debenturistas (FI-FGTS).

O objetivo da reestruturação era principalmente reperfilar o fluxo de serviço da dívida existente, adequando o fluxo de pagamentos à geração de caixa da Companhia. O serviço da dívida terá amortização percentuais ainda baixos, de no máximo 5% até 2025, amortização customizada até 2033 e haverá um pagamento extraordinário de aproximadamente 50% do principal (“balloon”) ao final do fluxo. Os juros, somente da parcela dos Bancos Repassadores, serão escalonados até 2027 quando atingirão o teto de remuneração dos repassadores (conforme tabela abaixo), mantendo o vencimento da dívida em julho de 2033 com pagamentos de principal e juros ocorrendo semestralmente nos meses de janeiro e julho de cada ano.

Spread Curve – Bradesco / Santander													
Jan-20	Jul-20	Jan-21	Jul-21	Jan-22	Jul-22	Jan-23	Jul-23	Jan-24	Jul-24	Jan-25	Jul-25	Jan-26	Jan-27
0,75%	0,75%	0,75%	1,00%	1,25%	1,50%	1,75%	2,00%	2,25%	2,50%	2,75%	3,00%	4,00%	5,00%

Os novos contratos apresentarão o conceito de Eventos de Liquidez, segundo o qual um evento que gere liquidez para a controladora Prumo Logística deverá ser parcialmente utilizado para pagamento de dívida e preenchimento de conta reserva, minimizando os riscos de pagamento futuros.

O acionista majoritário da controladora Prumo Logística aumentou seu compromisso de aporte adicional na Porto do Açu para pagamento de serviço da dívida, aumentando os valores ainda não utilizados do compromisso firmado anteriormente de R\$438 milhões de reais para R\$850 milhões de reais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 2019, a Prumo Logística, passou a ser a empresa responsável pelos *covenants* financeiros dos contratos de dívida de longo prazo da Porto do Açúcar, conforme tabela abaixo.

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Dívida Líquida / EBITDA	6,5x	6,0x	5,5x	5,0x	4,5x	4,0x	3,5x	3,5x	3,5x
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas	1,3x	1,3x	1,5x	1,5x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x
ICSD	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x

A Porto do Açúcar deixou de ter *covenants* financeiros, como condição de *default*. Todas as obrigações de *covenants* financeiros na Porto do Açúcar foram liberadas e retiradas e os novos *covenants* são relacionadas somente à liberação da distribuição de dividendos para seus acionistas. Deixa assim de existir qualquer possibilidade de *default* na dívida da Porto do Açúcar por descumprimento de *covenants* financeiros na mesma.

Os contratos de financiamento e garantias foram assinados em 31 de janeiro de 2020 e o primeiro pagamento dentro da nova curva de dívida está previsto para julho de 2020.

### **COVID-19 - Efeitos do Coronavirus sobre a Companhia**

A Organização Mundial de Saúde declarou que o surto de coronavirus se caracteriza como uma pandemia. As decisões desencadeadas aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia a implementação de medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Criação de um Comitê de Crise para análise dos impactos nas operações da Companhia no curto e longo prazos;
- Reuniões virtuais, suspensão de eventos e viagens;
- Implementação de home office para colaboradores dos escritórios sempre que possível;
- Revezamento semanal nos locais de trabalho; e
- No Porto, nenhum navio é autorizado pela agência reguladora do Ministério da Saúde a atracar até que o relatório do comandante sobre as condições sanitárias da embarcação e tripulação seja aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O Porto do Açu até o momento está funcionando sem interrupções, no entanto, considerando a situação atual da disseminação do surto, observamos que é possível termos redução da atividade portuária por razões comerciais, com base no cenário atual da pandemia, principalmente se considerarmos que grande parte das operações são “spot”, onde não há vínculo contratual vigente. Diante desse fato, não conseguimos estimar de maneira assertiva o impacto financeiro que esta redução poderá resultar.

Revisamos nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 efetuando uma sensibilidade de redução nas receitas de operações portuárias spot, no entanto não observamos impactos materiais no valor recuperável dos ativos fixos alocados à UGC divulgada na nota explicativa 17, tendo em vista que as principais projeções que demonstram a recuperabilidade de ativos são de longo prazos, considerando a natureza das operações da Porto do Açu.

Devido a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados para o longo prazo.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 33 (i) riscos de mercado, não temos exposições cambiais materiais.

Não temos contratos com fornecedores que possam impactar significativamente a aquisição de insumos para operação. Nossos principais contratos são de prestação de serviços de locomoção, terceirização de profissionais e aluguel de equipamentos, que seguirão a quarentena recomendada pelo governo assim como dos nossos profissionais administrativos.

A renegociação das condições dos empréstimos e financiamentos da Companhia com instituições financeiras foi concluída em 31 de janeiro de 2020, alongando a dívida para o longo prazo, conforme descrito nessa nota explicativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **Composição de Diretoria**

José Firmo  
Diretor Presidente

Fernando Mouta  
Diretor Financeiro

Vinícius Patel  
Diretor Administração Portuária

Mariana Moraes  
Diretor Jurídico

Tessa Major  
Diretor Comercial

Antonio Primo  
Diretor Comercial

João Paulo Braz  
Diretor Comercial

Ricardo de Luca  
Diretor Comercial

Renato Vieira  
Gerente de Controladoria  
Contador CRC RJ 103.959/O-5